

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**FATIMA FERREIRA**

**“Eles têm um quintal grande demais para o estado do Acre”**

**Uma etnografia acerca das estratégias dos índios Jaminawá para sua permanência e trânsito entre suas aldeias e a cidade de Rio Branco – Acre.**

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

**“Eles têm um quintal grande demais para o estado do Acre”**

**Uma etnografia acerca das estratégias dos índios Jaminawá para sua permanência e trânsito entre suas aldeias e a cidade de Rio Branco – Acre.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia. Sob a orientação do Professor Oscar Calavia Sáez.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ a aluna Fatima Ferreira no Trabalho de Conclusão de Curso

---

Professor e Orientador Oscar Calavia Sáez  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Professor  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Professor  
Universidade Federal de Santa Catarina

**FLORIANÓPOLIS, 2014**



Este exemplar corresponde à redação final da monografia defendida por \_\_\_\_\_ e aprovada pela Banca Examinadora em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, com a média de \_\_\_\_\_.

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**





*“Atenção jovem do futuro,  
6 de Setembro do ano de 2120, aniversário ou centenário da  
Revolução Socialista Mundial, que unificou todos os povos do  
planeta num só ideal e num só pensamento de unidade  
socialista que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade.  
Aqui fica somente a lembrança de um triste passado de dor,  
sofrimento e morte e morte....  
Desculpem... Eu estava sonhando Eu estava sonhando quando  
escrevi estes acontecimentos; que eu mesmo não verei mas  
tenho o prazer de ter sonhado.”*

Bilhete de Chico Mendes escrito em 1988, ano de seu assassinato.



## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Oscar Calávia Saez que, sempre com muita paciência, soube me esperar nos momentos de crise, incentivar nos momentos de produção, corrigir e reconhecer nos momentos de construção. Por ter me acalmado em minhas inseguranças. À minha filha Ana Lua Ferreira Muniz, que em todos os momentos desta trajetória me apoiou incondicionalmente. Ao meu mais querido amigo e filho Peter Braunsperger. Ao meu amigo Daniel Silveira Ramos por me apoiar e me mostrar que os problemas são todos transponíveis. À minha amiga Jane Bruggman por me mostrar que todos os abraços são calmantes naturais. Ao meu amigo João Sol por todo apoio nos momentos mais difíceis dessa trajetória. A vocês e muitos outros, obrigada. Aos meus amigos, por perdoarem as ausências e celebrarem as folgas, sempre com bom humor! Ao Ronaldo Gariglio, em especial, por me apoiar como trabalhadora e estudante. Ao meu amigo e companheiro de trabalho Beto pela solidariedade. Ao meu amigo Paulo Roberto pela força que deu neste trabalho e pelas madrugadas discutindo o tema. A minha amiga Libia Luiza por todo o apoio. E à Misaki, por respirar alegria e tranquilidade todos os dias ao meu lado. Agradeço também aos professores Gabriel Coutinho Barbosa e Ilka Boaventura que me incentivaram a continuar. Agradeço ao meu amigo Ney Ricardo pela compreensão e paciência. Ao Conselho Indigenista Missionário – Acre que atendeu todas as solicitações de imediato. Ao Txai Ninawá Huni Kui que com sua sabedoria me incentivou nos momentos difíceis. Ao Txai Zé Correia pelos sábios conselhos. Aos meus amigos de luta Vitor Gomes, Luana Boufanti, Alexandra Alexandri. A minha grande amiga e conselheira Paula Moura que suas palavras sábias foram estruturantes para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a todos Jaminawá que me levaram a Antropologia.



## **Resumo**

Este trabalho é uma etnografia, acerca da suposta situação problemática em que vivem os índios Jaminawá na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. Procuo aqui realizar um histórico do “problema Jaminawá”. Na tentativa de apreender o ponto de vista dos índios, e diante da imagem a eles atribuída de “índios problemáticos”, recorro às narrativas destes sujeitos. No texto ressalto a política destes índios em permanecerem em trânsito entre os centros urbanos e suas aldeias, e como as políticas públicas do estado do Acre os veem e, como atuam no sentido de realdeá-los.

Palavras chave: índio na cidade, políticas públicas, Jaminawá, Acre.



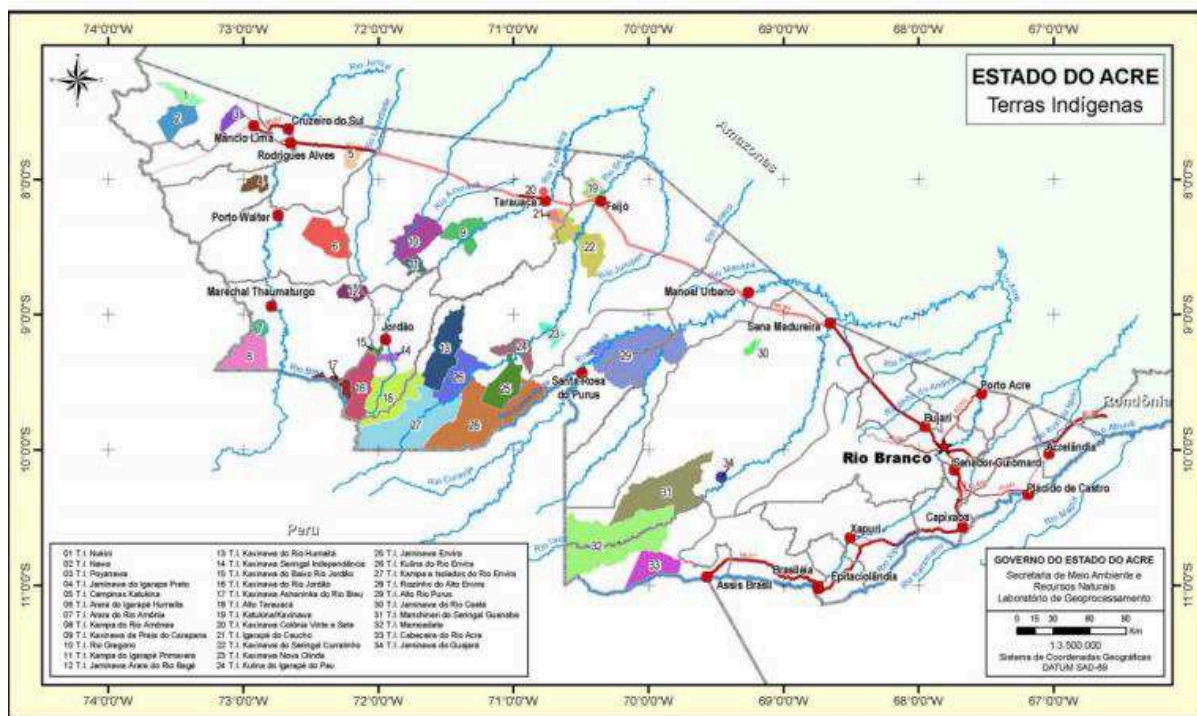
## Sumário

Introdução.....	19
Breve introdução ao histórico do “problema Jaminawá” .....	19
Cenário político do Acre.....	20
Histórico do Programa de Desenvolvimento Sustentável -PDS e o Governo do PT .....	20
Os indígenas dentro deste quadro.....	21
Os índios ocupam a cidade.....	22
Conversa com Antonio Pereira Neto.....	24
Encontro com Zé Correia.....	25
Viagem à Terra Indígena do Rio Caeté .....	28
Retorno á Rio Branco .....	31
Ocupação Chico Mendes.....	32
Casa de Dona Mariquinha .....	35
Ocupação do Bairro Sobral.....	37
Casa de Maria Antônia Jaminawá .....	37
Casa de Leuda Jaminawá.....	38
A busca da origem do problema Jaminawá .....	43
O território se expandiu para a cidade .....	46
Os indigenistas e os Jaminawás .....	49
Viagem á cidade de Brasília.....	52
Reunião em Assis Brasil.....	53
Retorno à Sena Madureira .....	55
Assembleia Jaminawá .....	56
Considerações finais.....	66
Bibliografia .....	69

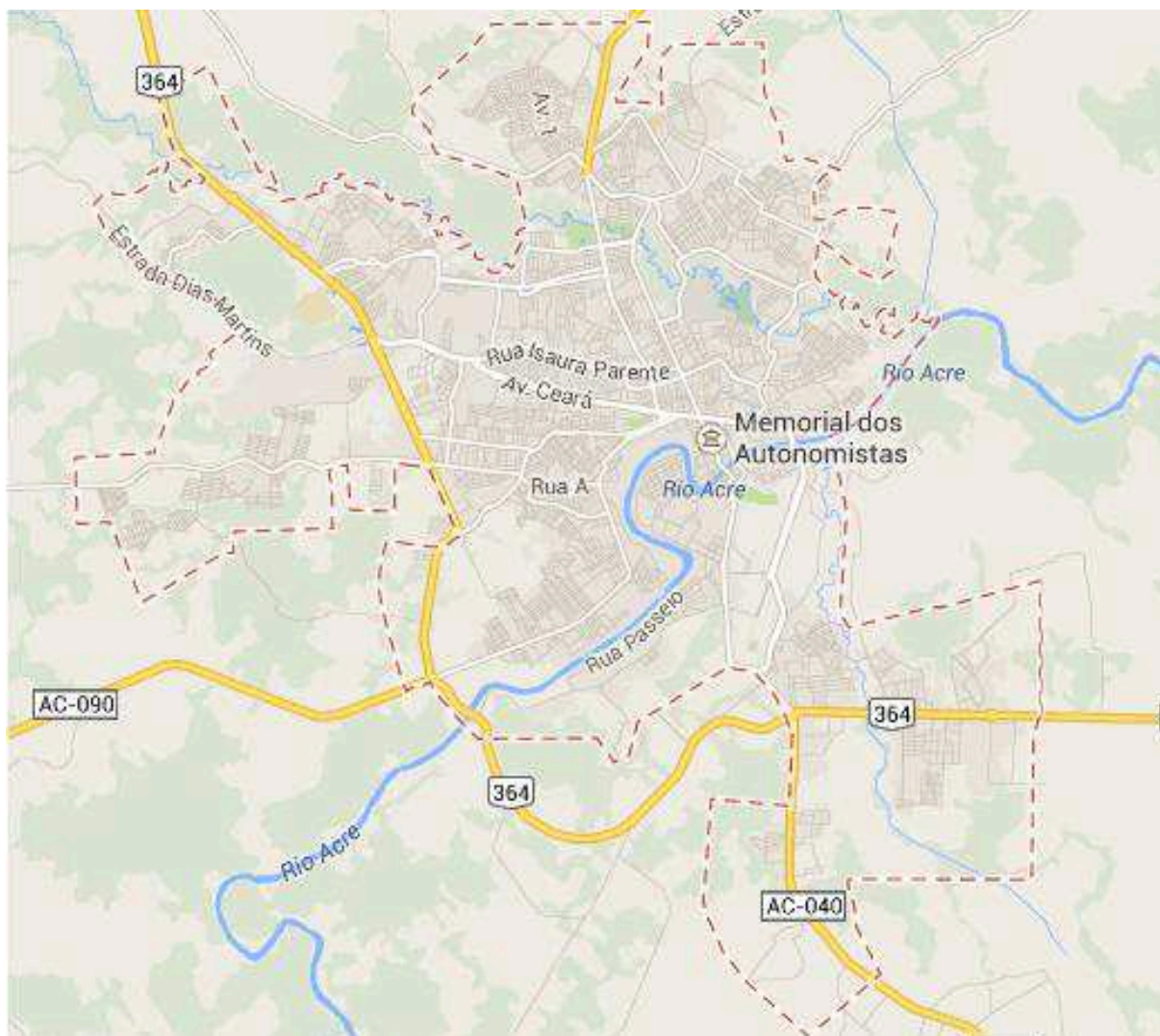
ANEXOS ..... 70



# TERRAS INDÍGENAS DO ACRE



## MAPA DA CIDADE DE RIO BRANCO



## Introdução

Os Jaminawás pertencem à família linguística pano e, segundo o senso indígena de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam 1402 índios. Vivem entre as periferias dos centros urbanos no estado do Acre, e em cinco terras indígenas: Cabeceira do rio Acre em Assis Brasil; Mamoadate, onde dividem a terra com os Manchineri; Jaminawá do Rio Caeté e Jaminawá do Guajará, no município de Sena Madureira. Há, ainda, Jaminawás no Peru e na Bolívia.

No Peru e na Bolívia estes grupos também são conhecidos como Yaminhua e Yaminawá, porém, no estado do Acre ficaram conhecidos pelo nome de Jaminawá. No presente trabalho optei pelo nome Jaminawá por estar mais próximo da minha experiência com eles.

No período de 2000 a 2005, foi realizado pelo Governo do Estado do Acre um levantamento socioeconômico, acerca da situação “problemática” em que se encontravam famílias indígenas que se agrupam sobre o termo-único Jaminawá (Povo do Machado). À época, atuei como indigenista no âmbito deste governo, cujo slogan era “O Governo da Floresta”.

Esta pesquisa de conclusão de curso resulta desta experiência de trabalho. A ação tinha como finalidade monitorar os Jaminawá que, desde meados da década de 90, saíram de suas terras localizadas nas Cabeceiras do Rio Acre e no rio Yaco, migrando para as periferias das cidades de Assis Brasil, Brasiléia, Sena Madureira e da capital do estado, Rio Branco.

### Breve introdução ao histórico do “problema Jaminawá”

Durante o período de permanência nas cidades os Jaminawá, para sobreviver, costumam ir às ruas pedir dinheiro. A imagem de índios perambulando pelas ruas na condição de pedintes, faz com que uma parcela da sociedade acreana os veja como mendigos, o que parece causar um mal-estar, a exemplo do jornal mais popular de Rio Branco que traz como matéria de capa o seguinte enunciado: “*Jaminawá: Um povo que precisa de socorro*”. (Jornal Página 20, matéria do dia 23/11/2006).

## **Cenário político do Acre**

Na década de 70, no Brasil, a pauta do movimento indígena avançou em suas conquistas, e o estado do Acre acompanhou este avanço. Ocorreram amplas lutas na defesa dos povos tradicionais e da preservação da floresta. Neste movimento atuaram lideranças como Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Siãn Sales Huni Kui, Osmarino Amâncio, Txai Macedo e outros. O atual Governo do Estado do Acre resulta de uma parcela desse grupo.

Neste período, houve uma ampla organização de entidades não-governamentais no estado do Acre dedicadas às causas indígenas, como a Comissão Pró Índio e a União das Nações Indígenas. Este movimento teve como ponto determinante a Constituição de 1988, sendo um marco nesta luta. Este avanço é descrito por Calavia Saez.

*Por lo general, en Brasil los Estados son instancias administrativas mucho más desfavorables para las reivindicaciones indígenas, que sólo tienen esperanzas de resolución en el ámbito federal. El estado de Acre, sin embargo, ha dado por dos veces consecutivas un triunfo aplastante a una coalición de izquierda en la que tiene una presencia destacada la llamada “Alianza dos Povos da Floresta”, que reúne sindicatos de seringueiros y movimiento indígena, y supone una excepción favorable a este respecto.(CALAVIA SÁEZ,2004)*

## **Histórico do Programa de Desenvolvimento Sustentável -PDS e o Governo do PT**

As bases que compõem o governo de Frente Popular do Acre o considera de esquerda, dentro de um projeto onde o estado do Acre necessitaria desenvolver-se de uma maneira sustentável. Em pouco mais de um ano de governo, a Frente Popular do Acre lançou políticas públicas que incentivavam um estilo novo de se relacionar e de viver na floresta. Este novo modo de se relacionar com a natureza foi nomeado de florestania: o equivalente à cidadania na cidade, seria então a florestania na floresta.

Este modelo propagava a ideia de uma vida melhor para os povos tradicionais, tão esquecidos pelos governos anteriores. Para legitimar sua política econômica, o governo defendeu o modelo de desenvolvimento que não traria prejuízos à natureza, e lançou o Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre (PDS). Este programa visa o desenvolvimento econômico sem a destruição ambiental, para deste modo alcançar a tão sonhada qualidade de vida para todos e a conservação da floresta. Isto tudo seria possível com crescimento econômico e com o final do conflito de classes. Este programa foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID.

## Os indígenas dentro deste quadro

Dentro deste programa, os indígenas foram figuras centrais da continuidade da luta de Chico Mendes e a tão sonhada união dos povos da floresta: esse foi o marketing deste governo. Mas havia muitas pedras no caminho, uma delas estava no questionamento que se fazia dentro e fora do governo: como implementar um programa de desenvolvimento sustentável com índios na rua pedindo esmolas? E este incômodo se acentuava quando a cidade recebia uma missão do BID para visita, pois neste momento não poderia haver nenhum índio na rua pedindo dinheiro. Podemos ver este tratamento na descrição feita por Lindomar Padilha.

*O governo sempre realiza uma “operação limpeza”, quando junta os indígenas que estão principalmente na cidade de Rio Branco e os leva, segundo ele, para “suas terras”. (PADILHA,2013)*

Com o lema de campanha “A vida vai melhorar”, o governo passou já no primeiro mandato a ter ampla aceitação entre os povos indígenas do Acre. Estava claro o esforço do estado em dialogar com esta parcela da sociedade. A cultura dos povos indígenas ganhou um programa de estado. Agora se via, em materiais governamentais, imagens estampadas de índios com cocares, rostos pintados, paisagem das aldeias. Neste mesmo período, foi realizado o etnozoneamento das terras indígenas, e a implementação dos planos de gestão ambiental e territorial que consolidaram as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas do Acre.

Esta movimentação tem por objetivo estimular o protagonismo indígena, e neste contexto os Jaminawá foram impulsionados a ter, como modelo de organização, os demais grupos indígenas do estado que não estavam na condição de pedintes de rua.

Mas esta posição não era consenso nem mesmo dentro do próprio governo, pois diante de todo este esforço do governo, os Jaminawá continuavam na rua pedindo dinheiro, e com isto as opiniões se dividiam: de um lado, setores mais progressistas da sociedade riobranquense que acreditavam que a responsabilidade é do estado e, por conta disso, cobravam uma solução do problema e, de outro, setores que responsabilizavam os indígenas por não permanecerem em suas aldeias.

Eu sabia desta condição do grupo Jaminawá desde a minha adolescência na década de oitenta. Ouvia as reclamações dos moradores, assim como os discursos de militantes de

esquerda que responsabilizavam o estado – governado pela direita – pela situação de miserabilidade em que estes indígenas se encontravam.

Duas décadas depois, muitos destes militantes chegaram ao poder e instituem o Núcleo de Indigenismo do Estado, do qual recebi o convite para trabalhar pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Acre. Este núcleo tinha em sua coordenação, uma historiadora que seria minha supervisora. A primeira atividade consistiu na leitura do levantamento para o programa de Zooneamento Econômico Ecológico do Estado (ZEE), realizado pelos antropólogos Marcelo Piedrafita e Terri Vale Aquino. Outro estudo ao qual me foi dada a tarefa de ler, foi a tese do antropólogo Oscar Calavia Saez, *O Nome e o Tempo dos Yaminawás*.

Na segunda etapa, me foi dada a tarefa de percorrer o centro de Rio Branco, com o objetivo de identificar os Jaminawá que ali estavam pedindo dinheiro. Esta tarefa, entre outras, me permitiram a experiência com os índios Jaminawá que é o tema desta etnografia.

### **Os índios ocupam a cidade**

A cidade de Rio Branco é o centro administrativo e econômico da região. A capital é cortada pelo Rio Acre, que divide a cidade em duas partes denominadas Primeiro e Segundo distrito. Na década de 50, o Segundo Distrito foi abalado pela decadência econômica e, com isso, houve a transferência de boa parte de suas principais casas comerciais para o Primeiro Distrito da cidade, na margem esquerda do Rio Acre, onde já estavam instaladas as principais repartições públicas e as residências das mais importantes famílias do território. O Primeiro Distrito é hoje a atual cidade de Rio Branco, enquanto os Jaminawás elegeram o Segundo Distrito da cidade para suas estadias.

Nos últimos anos antes de iniciar meu trabalho no governo, a cidade de Rio Branco havia passado por profundas transformações. Prédios, praças, calçadas e outros espaços públicos foram reformados, ruas foram alargadas, avenidas duplicadas, novas praças, pontes e prédios públicos construídos, o Governo da Floresta havia feito investimentos na mudança da arquitetura da cidade.

A capital vivia um novo momento paisagístico. Estávamos no mês de maio, época de seca na região amazônica. Nesse período do ano o nível das águas dos rios baixa, o que dificulta a navegação. E é no verão amazônico que o número de famílias Jaminawás aumenta em Rio Branco. Enquanto mulheres Jaminawá “pedem dinheiro” sentadas nas calçadas do

centro da capital, as crianças Jaminawás brincam na praça do centro da cidade. Costumam tomar banho em um chafariz abandonado, com a água esverdeada acumulada da chuva. Comem comida do lixo, perambulam pelas calçadas do centro, e para aqueles que moram na capital é rotineiro avistar crianças indígenas nas lojas olhando brinquedos, ou nas lanchonetes pedindo comida à clientes.

A pesquisa de campo teve início em Rio Branco. Para encontrá-los no centro da cidade não foi tarefa difícil, pois os Jaminawá elegem para pedir dinheiro, pontos de passagem onde o trânsito de pessoas é intenso como, por exemplo, em frente ao gabinete do governador e aos bancos, locais onde eu já havia visto mulheres sentadas nas calçadas.

Foi-me repassada a orientação de aplicar um questionário para a coleta dos seguintes dados: nomes, idade, onde moram, onde moravam antes de chegar a Rio Branco, por quantos lugares já haviam passado, número de pessoas por família, quantos homens e quantas mulheres, idade dos homens e idade das mulheres, local de nascimento de cada pessoa, qual a origem (povo e clã) dos indígenas, e se faziam ou não artesanatos. Como parâmetro, as questões foram adaptadas de um questionário da Funasa, e o objetivo estava centrado em dados estatísticos, que deveriam apontar um método de como retirar estes índios da rua.

E foi em frente a um destes locais restaurados que encontrei Dona Chiquinha Jaminawá. Ela estava sentada na calçada em frente à escola Menino Jesus, acompanhada de duas crianças que mais tarde soube que eram seus netos. Ao seu lado estava Dona Mariquinha Jaminawá, que também estava acompanhada de três crianças e uma adolescente.

Enquanto estava ali em pé, ouvi alguns comentários de cunho preconceituoso das pessoas que passavam. Podemos observar que na relação entre moradores de Rio Branco e os indígenas não há uma identificação, ou seja, nota-se em grande parte da sociedade acreana uma posição de preconceito em relação aos indígenas. Para muitos acreanos os índios vivem na floresta e aquele é o lugar deles, onde a cidade não é um espaço que possa também ser ocupado por índios.

No entanto há contradição nesta posição, e isso fica claro nas falas de moradores que apontam a ausência de uma política pública para retirá-los daquela situação de miséria. Ao mesmo tempo em que demonstram ter piedade por sua situação de miserabilidade, os querem longe, e alegam que os Jaminawá têm na aldeia tudo que necessitam e não precisam estar ali, na cidade, pedindo dinheiro. Este comportamento da sociedade acreana é descrito pelo

antropólogo Bruno Sales.

*Por outro lado, a reação da sociedade acreana à essa presença indígena reveste-se de um duplo sentimento de misericórdia e discriminação. Aparentemente contraditórios, esses sentimentos são facilmente identificáveis nas relações que se estabeleceram entre os Jaminawá pedintes e os habitantes da cidade; assim, no mesmo momento em que afirmam compadecer-se da situação dos indígenas, recomendam o imediato traslado deles “para suas aéreas” (SALES, 2001)*

Diante do quadro de preconceito que estes índios enfrentam a aproximação não seria uma tarefa simples. Sendo assim, apresentei-me como pesquisadora do governo do estado, fato que resultou em risadas, xingamentos na língua, palavras que eu não entendia, mas os gestos demonstravam a raiva em relação à minha presença. Rapidamente recolheram alguns objetos, os colocaram em sacolas e saíram correndo. Este comportamento se repetiu com os demais Jaminawá dos quais tentei me aproximar naquele dia.

O que ficou da minha primeira experiência foi o caráter de dificuldade deste trabalho. Fiquei preocupada, pois se houve rejeição ao mínimo gesto de aproximação, com o questionário seria pior. Voltei desanimada e fui conversar com o chefe do departamento de Patrimônio Histórico, o historiador Marcus Vinícius, e lhe relatei a situação. De imediato ouvi muitas risadas, porém ele sugeriu que realizasse contato com o administrador da Funai em Rio Branco, Antônio Pereira Neto.

### **Conversa com Antonio Pereira Neto**

Na sede da Funai em Rio Branco, o administrador demonstrou-se alegre pelo meu interesse em colaborar na situação dos Jaminawás. Para ele só havia uma pessoa capaz de solucionar a problemática que os índios atravessavam: Zé Correia, conhecido entre os parentes como Tunumã, e salientou que toda ação para retirá-los da rua, realizada sem a participação deste, uma grande liderança do povo, havia sido desastrosa. Entretanto, desde que deixou seu posto para assumir um cargo na União das Nações Indígenas - UNI, não havia conseguido restabelecer seu poder junto ao povo novamente. Naquele momento Zé Correia estava como chefe de posto da Funai na cidade de Sena Madureira e, para Pereira Neto, os Jaminawá necessitam de uma chefia que tenha as velhas habilidades de uma chefia tradicional Jaminawá.

Ele acredita que para o povo Jaminawá, a figura de Zé Correia representa a possibilidade



de se organizarem em torno de uma chefia, porém, Zé Correia se dizia cansado de lidar com seu povo. Mesmo assim eu deveria procurá-lo, pois esta iniciativa poderia ser um incentivo para ele. Na continuidade da conversa, ele fez questão de ressaltar que tentar realdeá-los não seria a decisão mais correta, e que até o momento esta havia sido o único tipo ação realizada com o grupo. Desejou-me boa sorte e colocou a Funai a disposição para o levantamento.

### Encontro com Zé Correia

Na semana seguinte me desloquei para a cidade de Sena Madureira e, nesta ocasião, tive a companhia de Txai Macedo. Naquele momento, Zé Correia não morava mais na aldeia, pois havia sido convidado pela Funai para assumir a administração do Polo de Manoel Urbano, localizado em Sena Madureira. O município fica a cerca de cento e quarenta e cinco quilômetros de Rio Branco, às margens do rio Yaco, na região do alto Purus.

Chegando lá encontrei Zé Correia na sede da Funai, uma casinha de madeira em um terreno que mais parecia abandonado. Na varanda havia alguns índios sentados, enquanto no pátio crianças corriam em volta da casa. Ao me receber, Zé Correia aparentou ser uma pessoa simpática e muito sorridente. Apresentei-me, e Zé Correia iniciou a conversa em tom de lamentação, descrevendo-me a “situação problemática” pela qual o grupo vinha passando.

Para abordar o “problema Jaminawá”, ele usou o termo “mendicância”, dizendo-me que alguns Jaminawá haviam aprendido este comportamento com os brancos e que, em sua opinião, somente quem está morrendo de fome deve pedir esmolas. Percebi que ao tratar do tema Zé Correia aumentou o tom de voz, e uma tensão se estabeleceu na pequena sala. Alguns Jaminawás que ouviam atentamente saíram, e os demais respondiam a Zé Correia na língua Jaminawá. Neste ponto a conversa seguiu entre eles, havia alguns índios Kulina e Manchineri na sede, e isso causou incômodo.

Zé Correia, entretanto, não aparentava estar incomodado, e falando agora em português relatou que, com exceção da aldeia São Paulino, em todas as aldeias Jaminawá há caça em abundância, como antas, porcos, veados e toda espécie de “embiara<sup>1</sup>”: “na aldeia São Paulino só existe Cutia, mas peixe é abundante em todas as aldeias Jaminawá. Fome não é!”

Para o grupo o termo mendicância atua como motivo de acusações entre eles. Para

1

embiara

Embiara é uma palavra indígena que significa; aquilo que se apanhou na caça, pesca ou guerra; a presa; o pescado; o prisioneiro. O que se trouxe para casa enfiado em

alguns, a situação de índios problemáticos é motivo de risos, enquanto outros demonstram profunda revolta ao serem chamados de mendigos, pois para eles o Jaminawá na cidade não é problema.

Há duas políticas que estão tensionando. De um lado a política pública, que coloca que lugar de índio é em aldeia e que as práticas dos Jaminawá na cidade são de mendicância, e de outro lado a política de mobilidade dos Jaminawá: extensas viagens que, não necessariamente, precisam de um motivo para ser realizadas e que, enquanto estão nos espaços urbanos, não tendo como manter-se, pedem dinheiro nas ruas.

Dando continuidade, Zé Correia fala do passado dos Jaminawá, que para todos são lembranças de um tempo de tristeza. No estado do Acre o histórico de violência contra os povos indígenas não é diferente da colonização de outros povos.

A liderança da aldeia Extrema da T.I do Rio Caeté, Antonio Koruma, conta que no Rio Curanja com um patrão de nome Estevão Meirelles, foram peões madeireiros. Neste tempo, atraídos pelos produtos manufaturados, *“tudo que os parentes produziam recebiam em produtos como açúcar, sal e sabão.”* Mais tarde foram caçadores para o comércio de pele de animais silvestres, quando trabalharam para o patrão Cariolano, e também desenvolveram atividade de mateiros florestais, servindo aos patrões nas aberturas de estradas de seringa e varadouros de escoamento de produtos. Trabalharam na atividade de extratores de seringa e produtores de borracha no seringal Bélgica, no Peru, e nos Seringais São Francisco, Guanabara e Petrópolis no Rio Yaco e no Rio Envira.

Conta Zé Correia que sempre desenvolveram agricultura de subsistência, plantando arroz, milho, feijão, mandioca, banana, mamão, cará (pua), mas que, entretanto, quando trabalhavam nos grandes roçados às margens do Rio Yaco, não tinham o direito de ter seus próprios roçados, podendo somente plantar para os patrões e depois comprar os produtos manufaturados a preços altos. Na relação produtiva entre o patrão seringalista e os indígenas, o patrão é o único fornecedor dos produtos manufaturados, e deste modo os índios estavam sempre endividados junto ao patrão. Este relato faz referencia ao sistema de aviamento, o qual estabelecia as relações comerciais nos seringais.

As habilidades dos Jaminawás não estavam somente na agricultura e na exploração da borracha. Desenvolveram também a atividade de remadores, pois conheciam bem os rios da região. Zé Correia afirma: *“Sempre trabalhamos, e agora que a cidade ficou atraente para os*

*Jaminawás, hoje eles gostam de trabalhar na cidade. Mas tem aqueles que quando estão na cidade, querem viver como estão acostumados a viver na floresta. E daí, lá na cidade, chamam o povo Jaminawá de mendigos*”. Esta explanação de Zé Correia é tratada por Sales.

*Apesar de toda a violência do empreendimento colonialista e expansionista da sociedade brasileira, os Jaminawá lograram sobreviver como um povo culturalmente diferenciado. As muitas décadas de contato com a sociedade ocidental aceleraram e influenciaram as transformações ocorridas na cultura desse povo, embora perceba-se facilmente que os Jaminawá ainda utilizam no seu dia-a-dia um código cultural próprio, que os fazem muitas vezes incompreendidos pela sociedade envolvente. (SALES,2001)*

Na estadia em Rio Branco os Jaminawá não obedecem a “etiqueta” do branco. Mantêm hábitos do modo de vida da aldeia. Quando perguntei qual sua posição em relação à “problemática Jaminawá”, Zé Correia me respondeu: “*Não sei mais o que as pessoas querem fazer pelos Jaminawás. Já vi fazerem de tudo e nada adiantou. Porque sempre fazem aquilo que é melhor para os brancos e não para o povo.*” E em tom de conselho me disse: “Minha filha preste atenção! Não é o povo Jaminawá que está nas ruas pedindo esmolas, são só as mulheres Jaminawá”. Este fato despertou minha curiosidade, e até então não o havia percebido.

Este encontro com Zé Correia foi um aprendizado, pois possui uma oralidade surpreendente. Oscar descreve a representação de Zé Correia como liderança, pois ele sabe administrar as relações com as instituições dos brancos e as relações internas do grupo.

*Chefe sumamente prestigiado na época entre os índios e com excelente trânsito entre as autoridades locais e estaduais, Correia era informante criativo e consciente de seus saberes. (CALAVIA SAEZ,2006 )*

Contudo, a liderança naquele momento atuava fora do grupo. Mesmo morando na cidade como funcionário público, e sem muitas visitas à aldeia, sua representatividade continuava. Lembro-me que não entendia a relação de chefia dos Jaminawá, mas quando Zé Correia foi-me apresentado como líder do povo Jaminawá, bastou trocar algumas palavras com ele para entender que naquele momento mantinha o poder em algumas situações mesmo morando fora da aldeia.

Os demais líderes Jaminawá que conheci tinham Zé Correia como um conselheiro, e quando surgiam problemas graves pediam conselhos a ele. Ao descrever a chefia Jaminawá,

Oscar coloca que ela é instituída pelos nomes de diyewo, tuxaua, patrão e liderança. O diyewo é um chefe rico, poderoso, e seu poder está centrado no parentesco.

*O diyewo é, antes de mais nada, um homem rico – a palavra portuguesa “rico” é traduzida como diyewo-, o que no contexto tradicional equivale a um homem que controla de um modo ou outro um número crescido de parentes – filhos, genros com suas esposas - subordinados a ele na qualidade de “mais novos”. (CALAVIA SAEZ, 2006)*

Entretanto, Calavia Saez acrescenta

*Mas não nos enganemos: ninguém os chama de diyewo, porque a vida Jaminawá mudou. (CALAVIA SAEZ, 2006)*

Os termos diyewo e tuxaua são mais usados no cotidiano do grupo. Enquanto estive com os Jaminawás, não tinha nenhum conhecimento antropológico e enfrentava inúmeras dificuldades, pois neste período meu entendimento de chefia era outro. Em decorrência disto, sempre buscava as lideranças como ponto de apoio, e em certo sentido recebia este apoio, mas em outros não, por exemplo: quando marcávamos reuniões nas casas localizadas em Rio Branco, solicitava o apoio de alguma liderança que se encontrava na cidade, para que os Jaminawá não estivessem bêbados na participação da reunião. Este apoio eu nunca recebi.

Não consegui, durante todo tempo em que estive com os Jaminawá, conviver com lideranças que se diferenciavam destas lideranças descritas por Oscar. Como ele mesmo cita, a vida do Jaminawás mudou.

### **Viagem à Terra Indígena do Rio Caeté**

Para dar continuidade ao trabalho, o passo seguinte foi organizar uma viagem até a terra indígena do rio Caeté. A terra indígena está localizada no município de Sena Madureira, onde há duas aldeias: Extrema e Buenos Aires, tentativas de reassentamento de famílias Jaminawás que perambulavam por Rio Branco. Estas famílias pertenciam ao grupo de Zé Correia, os Xixinawá. No histórico da ida dos Jaminawá para o Caeté havia, dentre vários motivos, duas versões que eram mais usadas: uma delas narra o conflito que aconteceu na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, ocasionando a morte de um Jaminawá. A outra versão indica como motivo o fato de Zé Correia ter assumido um cargo na União das Nações Indígenas – UNI, como descreve Coutinho.

*A fixação contemporânea de índios Jamináwa no alto rio Caeté, afluente da margem esquerda do rio Iaco, está estreitamente associada aos conflitos internos entre facções políticas rivais do mesmo grupo indígena ocorridos no alto rio Acre e à decorrente migração de diversas famílias que até então ali habitavam para a periferia de Rio Branco e outras cidades da região. (COUTINHO 2001)*

Nesta viagem minha tarefa era acompanhar a consultora contratada pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre – (IMAC), designada para a realização da revisão do EIA/RIMA relativo à BR 317, e duas representantes da educação escolar indígena do estado.

Nossa viagem iniciou-se pela manhã. O rio Caeté é um rio de água barrenta, estávamos no verão amazônico período do ano que a vazante do rio fica baixa. Havia troncos de árvores em meio ao leito do rio, enquanto do alto dos barrancos moradores acenavam.

Depois de quase duas horas de viagem, a voadeira percorreu mais de um quilômetro e, após uma curva do rio, lá estava a aldeia Extrema. É costume na Amazônia os moradores, quando ouvem o som do motor do barco, correrem para o barranco do rio para receber as visitas ou acenar para os barcos que estão de passagem, entretanto, não havia ninguém nos esperando no barranco do rio.

Paramos o barco e ninguém veio até nós. Subimos o barranco do rio, alto e liso, acima havia uma fileira de casas, uma ao lado da outra. Em uma das casas vi que havia um fogo aceso, e o silêncio tomava conta do lugar. Nos fundos da aldeia estava a floresta, e de lá de dentro vieram muitos Jaminawá rindo. Depois da recepção, fomos alojados na escola do local, e enquanto caminhávamos para lá, muitas mulheres Jaminawá nos observavam de longe.

Arialdo, filho de Zé Correia e professor na aldeia Extrema, me chamou para conversar; contou-me que dona Mariquinha estava triste, pois eu havia ido à casa dela em Rio Branco e aconselhado seu filho Arthur Jaminawá a voltar para a aldeia. Quando chegou à aldeia, ele foi trabalhar para um madeireiro vizinho, trabalhou durante uma semana e, no dia em que recebeu, o patrão lhe havia pagado em cachaça. Ele bebeu lá mesmo, mas na hora de atravessar o rio para a aldeia, se jogou com roupa e calçado de botas, e morreu afogado.

Sentei e segurei o choro. Arialdo parecia compreensivo, e não sentia em seu olhar algum sinal de que ele me responsabilizava pelo acontecido. Perguntei o que fazer: “acho que você deveria ir lá conversar com Dona Mariquinha” – disse, e eu concordei. Ele começou a rir e disse: “vai indo na frente que já te acompanho.” Fui até a casa de Dona Mariquinha, lá havia

várias mulheres que em coro me xingavam muito. Eu não entendia nada, e neste momento Arilado chegou muito bravo com elas.

O diálogo estava acontecendo em sua língua, e eu apenas deduzia o que estava acontecendo pelos semblantes e gestos. A conversa demorou quase duas horas, o restante da equipe não pode participar. O que estava acontecendo ali – me disseram eles – era a resolução de um problema entre eu e os Jaminawás. Esta conversa foi esclarecedora para entender que as ações do governo não poderiam acontecer somente no âmbito da burocracia.

Quando saímos dali fomos até a casa de Antonio Pedro para visitá-lo, foi quando me deparei com a sepultura do jovem no caminho. Naquele momento a vontade que me deu foi de sair correndo, me bateu um remorso, algo como: O que eu estou fazendo? Qual a importância deste trabalho?

Perguntei ao Arilado o porquê daquela sepultura estar ali naquele lugar e não no cemitério, pois sabia que para os Jaminawás os mortos ficam longe da aldeia. Ele me disse que a mãe do finado o queria perto dela. Não resisti e chorei muito. Durante esta viagem e após o ocorrido pensava, o tempo todo, que assim que chegasse a Rio Branco desistiria deste trabalho.

Depois das visitas chegou a hora do almoço. Sentamos no chão da casa de Antonio Koruma e fomos servidos com um banquete Jaminawá: jacaré amoquinhado.

Pela tarde foi realizada uma reunião para tratar de assuntos referentes à educação. Sentamos todos em um círculo na sala de aula, a liderança Antonio Koruma fez a abertura da reunião e nos apresentou para a comunidade. Depois foi a vez da fala do professor Arilado Jaminawá, que colocou as dificuldades que estavam enfrentando com a atual gestão da educação escolar indígena, tanto do estado como do município de Sena Madureira. Segundo Arilado, o núcleo de educação do município não aceitava o currículo escolar indígena.

Arilado fala rápido e quase sempre conclui na língua Jaminawá. Colocou que a escola foi construída, mas que não havia a manutenção do espaço físico: não havia mais carteiras, nem merenda, e os cupins estavam destruindo o telhado. Todos concordaram com a sua fala.

As representantes da Secretaria de educação do estado se comprometeram em providenciar a aquisição de materiais para o funcionamento da escola como carteiras e mesas, e estruturar a cantina, mas que dependiam do resultado da licitação; o quadro negro,

entretanto, assim como o material escolar, encontrava-se no Núcleo de educação escolar indígena - NEI do município de Sena Madureira.

A discussão levada a cabo ali gerou polêmica na reunião, e tratava de quem ocuparia o cargo de professor. Arialdo já havia sido escolhido pela comunidade para ser professor da aldeia Extrema, mas queria indicar o professor para a aldeia Buenos Aires, e isso dividia opiniões na comunidade. A indicação de Arialdo era o seu compadre Severino, que fora professor, mas que passava mais tempo em Rio Branco que na aldeia e, por conta disso, havia sido destituído do cargo pela comunidade. O indicado foi Valdir Julio Jaminawá, e após uma ampla discussão ficou combinado que na aldeia Buenos Aires ficaria o professor Valdir Júlio, e na aldeia Extrema ficaria o professor Arialdo Correia.

Apesar de haver uma extensa lista para ser debatida na aldeia, a viagem acabou antes do previsto e a permanência em terras Jaminawá foi curta, pois no sábado, onde estávamos hospedados, os Jaminawá iriam fazer um carnaval, e resolvemos ir embora.

### **Retorno á Rio Branco**

Naquele momento, a experiência de ter conhecido uma aldeia Jaminawá fez com que, talvez, eu entendesse melhor tudo que estava acontecendo. Algo havia mudado, e agora eu não os via mais como índios que não estão satisfeitos com os investimentos em suas aldeias, mas como índios que reivindicam investimentos em suas aldeias. Em relação à vida na aldeia, é visível que lá e cá são ambientes diferentes: os atrativos da cidade como televisão, consumir alimentos industrializados, bebidas alcoólicas e mais uma diversidade deles, atuam como embriagantes para os Jaminawás.

Percebi que o entendimento do Jaminawá é o seguinte: para morar na aldeia depois de entrar em contato com o mundo dos brancos se faz necessário investimentos. Afirmam que os governantes prometem muito investimento para que se fixem em algum lugar, mas que, depois, esquecem o que prometeram.

De volta às ruas do centro de Rio Branco, logo no primeiro dia encontrei dona Chiquinha Jaminawá. Em conversa contei à ela que havia estado na aldeia, enquanto ela, por sua vez, diz sentir saudades dos parentes que estão lá, mas que ela é uma Jaminawá que não consegue mais ficar somente na aldeia. Explica que há diferença entre os Jaminawá que

moram na cidade e os que vêm periodicamente das aldeias: “não tem Jaminawá que fica só ali ou acolá!” Os Jaminawá transitam entre as aldeias para visitar os parentes, e nesse trânsito passam também pelas cidades.

Nas entrevistas, ouvi muitas histórias de que Rio Branco é solo sagrado dos Jaminawás, mas nunca ouvi isto de nenhum Jaminawá, esta afirmação era o modo como outros indígenas, como os Kaxinawá, explicavam a permanência dos Jaminawás na rua pedindo dinheiro.

O meu questionamento era entender como vivem em Rio Branco. Dona Chiquinha conta que construíram barracos com recursos vindos da aposentadoria dos idosos, mas antes de dizer-me onde estão, me pergunta por que quero saber. Após minha insistência, ela diz que não sabe bem onde, mas que ficam na invasão Chico Mendes, e que alguns de seus parentes moram lá. Depois de algum tempo, para minha surpresa, venho a saber que na invasão Chico Mendes a aposentada Mariquinha Jaminawá é proprietária de dois barracos, onde mora com um de seus netos de sete anos de idade.

Naquela época esta senhora, ia todos os dias à rua para pedir dinheiro, alegando não ter como manter-se de outra maneira. Sua casa serve de hospedagem para seus familiares que, mensalmente, se deslocam das comunidades do Caeté até Rio Branco. Seus parentes costumam vir frequentemente, entre os dias cinco e dez de cada mês, para receber benefícios tais como aposentadoria e auxílio maternidade, e permanecem por um período de dez a vinte dias.

Contam que durante o dia os homens ficam em casa, e suas mulheres, com as crianças, saem para as ruas a fim de pedir dinheiro para garantir a refeição do dia seguinte. No final do dia retornam e trazem algum dinheiro para seus esposos, e isso faz com que as mulheres agradem a seus maridos que, com aquelas moedas compram comida para saciarem suas necessidades. Entre os produtos normalmente comprados estão: peixe, farinha, sabão, sal e cachaça, ainda que esta última seja comprada apenas quando há algum dinheiro de sobra – e poucos para beber.

### **Ocupação Chico Mendes**

Ao chegar à ocupação Chico Mendes, distante cinco quilômetros do centro de Rio Branco, de longe já é possível ver a fumaça e os quatro barracos. Esses eram cobertos de palha e sem assoalhos, semelhantes às casas construídas em suas aldeias. Há uma varanda nos



fundos da casa, onde fazem o fogo no chão para cozinhar. Em uma das casas havia uma espécie de forro, que era usado para guardar roupas e utensílios, como um liquidificador velho, ferro de passar roupa e outros. Ali, as redes ficavam enroladas e penduradas na parede; no canto da cozinha havia um cacho de bananas pendurado. Ao sentir o cheiro de peixe e fumaça, familiar ao que havia sentido nas casas da aldeia, não me contive e perguntei se ali faziam peixe amoquinado, e todos começaram a rir, pois para eles a resposta era óbvia: “Claro que sim!”

O cheiro de peixe misturado ao cheiro da fumaça e, ao fundo, os sons das palavras faladas na língua, me levaram por um momento a sentir o ambiente de uma aldeia. Mesmo vivendo por longos períodos na cidade, os Jaminawá mantêm a língua materna. No quintal, uma caixa de água de amianto, muito lixo e vários cachorros. Somente a casa de Francisco Macaxeira era coberta de zinco e tinha fogão a gás. Aquele grupo Jaminawá considerava o Sr. Macaxeira muito esperto, como uma espécie de sucesso na cidade, pois conseguia ganhar dinheiro. E quando falavam da sua casa e dos eletrônicos que ele tinha, surgiam comentários dos mais variados, mas o que mais se repetia era que o Sr. Macaxeira usava os parentes para trabalhar para ele, e por isso ele tinha dinheiro.

A família de Macaxeira já havia se estabelecido em Rio Branco, sobrevivendo da venda de vale-transporte no Terminal Urbano da Capital, enquanto seu filho trabalhava limpando quintais. Mesmo assim sua esposa, Iracema Jaminawá, era uma das mulheres entre as diversas que pediam no centro desta cidade.

Na visita tive como guia o Jaminawá Antonio Pedro. Ele me acompanhou em todas as casas que fui, e sempre conversando muito. Ele conta que sua casa foi construída para ficar hospedado quando vem da aldeia do Caeté: “tenho que vir todos os meses para cá”- diz. Antonio Pedro é portador de hepatite B, e há um ano vem tentando uma vaga para fazer biópsia no fígado, fato que toma como justifica para sua estadia na cidade e, quando viaja, diz ser necessário trazer sua família para não sentir saudades.

A mãe de Antonio Pedro é uma das idosas que pedem dinheiro no centro da cidade. Quando se refere à ela, age como se houvesse a necessidade de se defender. No desenrolar da conversa percebo que há, entre os Jaminawá, acusações à respeito das mulheres pertencentes a sua família por elas pedirem nas ruas; estas acusações têm o papel de responsabilizar a família de determinada mulher que pede na rua, e que mancha a imagem dos Jaminawás: “ eu já pedi

muito para elas não irem, mas não adianta, elas fogem, deve ser porque elas gostam” - diz Antonio Pedro.

A preocupação entre os Jaminawás, em relação à sua imagem de índios problemáticos, não está presente em todos eles. Para que se entenda, em primeiro lugar é necessário distinguir os Jaminawá habitualmente encontrados nas ruas da cidade de Rio Branco, dos moradores e migrantes sazonais. Ao que parece, pedem dinheiro na rua somente as mulheres Jaminawà que ficam mais tempo na cidade. Por sua vez, movidas pela necessidade e também por certa curiosidade, não costumam refletir se o ato traz prejuízo à imagem do grupo. Esta preocupação, aparentemente, não faz parte do dia a dia dessas mulheres.

Já o alcoolismo, para muitos, não é problema e não prejudica a imagem do povo. Em geral, sempre que há disponibilidade da bebida todos bebem "cachaça": homens, mulheres e jovens. Embora os próprios Jaminawá responsabilizem as bebidas alcoólicas por grande parte dos conflitos e brigas existentes entre eles, ao mesmo tempo veem como "natural" o gosto pela bebida, e não demonstram a intenção de regular o seu consumo. Dizem que é sob o efeito do álcool que ocorrem as grandes tragédias, e que este também é o motivo de serem conhecidos como problemáticos. Para os homens, o fato que mancha a imagem do povo são as mulheres que pedem dinheiro nas ruas.

Tanto para o indigenismo acreano como para o governo, os Jaminawá são um povo aculturado que não pratica rituais, não usa cocar, tem somente um pajé ainda vivo, não tem nenhum jovem em formação de pajelança, e que sempre é citado como problemático.

*Entretanto, mais popular na atualidade no contexto indigenista acreano é o segundo estereótipo, que descreveria os Yaminahua como um povo fatalmente aculturado, sem estrutura política ou ritual nítida, com “identidade fraca”, nômade, adito às brigas fragmentadoras e à periferia urbana. Para resumir-lo em um mote conhecido: sem fé, sem lei, sem rei e, como alguns dizem agora, “sem cultura. (CARID, 2009)*

Para pensar no processo de transformação a que os Jaminawá estão submetidos, deve-se evitar conclusões equivocadas sobre sua "aculturação", pois estas conclusões nos levam a refletir baseados na teoria evolucionista. Como podemos observar nesta afirmação de Calavia Saez

*Vimos já que a sociedade Yaminawá, em que pese a sua famigerada desagregação, está longe de ser amorfa. O mal – estar dos Yaminawá, que de fora queremos atribuir à aculturação, lá dentro se atribui à monotonia e à solidão da vida na aldeia, à má educação, à sem-cerimônia dos jovens. (CALAVIA SAEZ, 2006)*

Entretanto, as mudanças no modo de vida dos Jaminawá não significam uma perda da cultura. Observa-se que essas mudanças são, ou foram, estratégias de sobrevivência ao contato, ou seja, que o termo cultura aqui referido não tem o conceito de cultura estática, mas de cultura como processo, algo em permanente transformação.

Despedi-me de Antonio Pedro, e marcamos uma conversa para a semana seguinte. Fui andando em direção à saída da ocupação, um pouco adiante da casa de Chico Macaxeira. Ali observei que havia mais duas casas cobertas de paxiúba, e depois vim a saber que era a casa de dona Chiquinha; entretanto, como ela não estava, não pude ir até lá.

### **Casa de Dona Mariquinha**

Na semana seguinte retornei à ocupação e fui até a casa de dona Mariquinha. Lá encontravam-se um de seus filhos, o Sr. Severino da Silva Jaminawá, cinco outros Jaminawá e um branco. Dona Mariquinha ainda não havia chegado, e o cheiro de álcool estava forte e todos estavam visivelmente embriagados. Um dos cinco era o professor bilíngüe Valdir Júlio Jaminawá.

Tentei iniciar um diálogo, mas não estava fácil. O professor Julio veio até a porta da casa e disse que viera até Rio Branco para reivindicar, junto à Secretaria de Educação do estado, seu salário e as carteiras da escola da aldeia; logo após entrou e, enquanto caminhava, gritou para Severino vir ali dizer o que ele tinha vindo fazer em Rio Branco.

Severino veio, parou na porta e me disse que ele também tinha uma casa na qual hospedava seus parentes, quando vinham de Assis Brasil e Brasília, mas que já a havia vendido e, agora, quando vinha da aldeia, ficava com sua esposa e filhos na casa de sua mãe, dona Mariquinha.

Como não havia condições de manter um diálogo naquelas condições, me despedi, eles me chamaram para ficar para o jantar, mas objetei que já estava tarde e tinha que ir embora. Como tarefa do meu trabalho eu tinha que fazer relatórios mensais e entregar ao secretário de meio ambiente do governo. Quando fiz o relatório no qual constava o número

de barracos construídos, logo foi marcada uma reunião com líderes do governo. Na discussão, a pauta foi o que fazer com estes barracos, e a sugestão aceita foi a venda de todos eles, e meu papel agora consistia em ajudá-los a vender os barracos e, num primeiro momento, convencê-los a vender.

Como convencer os moradores a venderem suas casas? Havia um forte envolvimento dos Jaminawá com membros da União das Nações Indígenas – UNI. Decidi, então, procurar o Sr. Manuel Gomes Kaxinawá, um dos coordenadores da entidade na época. para solicitar ajuda na tarefa de conversar com os Jaminawás que possuíam barracos. Entretanto, antes mesmo de dizer o que viera fazer ali, foi ele quem me pediu ajuda, pois a Casa do Índio, lugar gerenciado pela UNI, estava lotada de índios Jaminawás.

Em Rio Branco foi construído uma espécie de alojamento-hospital, a Casa do Índio. Este projeto cumpriria o papel de hospedar os indígenas tanto do Acre como do sul do Amazonas quando estes estivessem em tratamento médico na capital. A casa não abrigaria os casos que tivessem necessidade de internação em hospitais, mas apenas aqueles que aguardam para atendimento médico.

Entretanto, no caso do Jaminawá, o Sr. Manuel relatou-me que os parentes vem para acompanhar os familiares que necessitam de tratamento, e que mesmo com alta médica estes não regressavam para suas aldeias, em resumo: quando veem, trazem a família toda e, assim, aquele lugar passa a ser mais um local de hospedagem. Um dos casos citados por ele como exemplo, foi a situação de Dona Chiquinha Jaminawá, mãe de Antonio Pedro Jaminawá que, mesmo com os barracos que tem às margens do Igarapé São Francisco, passa períodos de até um ano ali. Depois de ouvir seu pedido de ajuda, conversei com o Sr. Francisco para que representasse a UNI em uma reunião da qual seria proposta a venda dos barracos, e sua resposta foi um desabafo: “nós, em parceria com outras entidades, já tentamos várias vezes ajudar os Jaminawás, mas não sei o que os parentes querem, não pode ser que gostem de viver assim, rolando.”

Na semana seguinte fui à casa do índio e, lá chegando, encontrei vários Jaminawá entre os quais estava o jovem Reinaldo Jaminawá. Todos haviam trazido suas famílias e, enquanto conversava com Reinaldo, uma mulher Jaminawá lhe perguntou se eu era a Fátima. Ele disse que sim, ela me chamou a um canto e, baixinho, perguntou se eu não tinha um sacolão para arrumar para ela, pois queria regressar à aldeia, mas não tinha comida. Sacolão é

uma cesta básica, sendo comum a prática de doações de sacolão para os Jaminawá. Expliquei para ela meu trabalho, mas que iria verificar na secretaria se esta doação era possível, ao que a mulher se afastou xingando-me.

O jovem Reinaldo me questionou se eu já havia ido até a ocupação Plácido de Castro, onde mora a família de Zé Correia, e convidou-me para irmos até lá fazermos uma visita. Aceitei e fomos até a casa da senhora Ana Jaminawá.

### **Ocupação do Bairro Sobral**

Ao chegar à ocupação, dona Ana Jaminawá nos recebeu e nos convidou para entrar. Fiquei sabendo que ela é a mãe de Arialdo e Aderaldo, duas figuras que colaboravam com meu trabalho. Dona Ana foi casada com Zé Correia, e mora na cidade há mais ou menos dez anos. Moravam com ela seus filhos Arialdo Correia da Silva, Aurimar Correia da Silva, Alexandra Correia da Silva, Arguilene Correia da Silva, Auderina Correia da Silva e Aderaldo Correia da Silva. Ao responder, no questionário, que o endereço de Aderaldo e Arialdo era na T.I do Rio Caeté, este fato me chamou a atenção.

Naquele dia estava também presente o professor Valdir Júlio Jaminawá o qual, antes, havia encontrado na casa de dona Mariquinha, na invasão Chico Mendes. Quando perguntei se ali havia alguém da família que também ia para as ruas pedir, rapidamente Arialdo disse que sua mãe não fazia isso, porém, dona Ana disse que em sua casa ela recebia muitos parentes vindos das aldeias e do interior dos municípios, especialmente na época do verão e, como não tinham outra forma de manter-se, iam para as ruas pedir.

Quando chegava à uma casa Jaminawá me perguntavam se eu já tinha visitado a casa de fulano ou ciclano, demonstrando que se sentiam invadidos: moravam na cidade num contexto de pressão para fixá-los em algum lugar que não fosse a cidade, ocasionando que me levassem sempre a outra casa, de outro Jaminawá, e naquela casa não foi diferente: Arialdo me indicou uma família Jaminawá que morava em um bairro vizinho àquele.

### **Casa de Maria Antônia Jaminawá**

No mesmo dia fui até aquele bairro, à casa de Maria Antônia Jaminawá. Ela vive maritalmente com um não indígena chamado por eles de Sr. Branco, com o qual tem quatro filhos. Naquele momento, estavam comigo Reinaldo Jaminawá e Arialdo Jaminawá. Entramos, eles conversaram na língua Jaminawá e, logo após, ela relatou que tinha vontade

de retornar para a Aldeia Asa Branca, de onde havia saído desde que se separou de seu marido Jaminawá.

Naquele momento, Arialdo foi quem fez as perguntas. Maria contou que quando saiu da aldeia Guajará e veio para Rio Branco, achou a vida na cidade difícil, pois tem problemas de saúde, e já faz um ano que tenta fazer uma cirurgia. A vida não era fácil para esta senhora, tendo em vista que seu marido ganhava a vida trabalhando de diarista, na limpeza de quintais, e era sempre mal remunerado. Após a conversa, Maria diz a Arialdo que me leve até a casa de Leuda, que fica no mesmo bairro.

Fomos até a casa de Leuda. No caminho Arialdo me conta que ela também é casada com um branco e que trabalhava de diarista mas, como eu estava cansada e já era noite, no meio do caminho desisti, e resolvi deixar a visita da casa da Leuda para o dia seguinte, embora a vontade era de ir visitá-la naquele momento. Brincamos que agora eu tinha dois assessores Jaminawás: Txai Reinaldo e Txai Arialdo.

### **Casa de Leuda Jaminawá**

Na manhã do dia seguinte fui até a casa de Leuda e, ao bater palmas, fui recebida por um cachorro muito bravo. Leuda mora em um barraco de madeira, coberto de paxiúba e cercado de bambú. Dos fundos da casa veio Leuda, convidando-me para entrar. Na casa havia duas crianças, ambas com feridas na pele, e a menor chorava desesperadamente. Leda contou que seu marido Valmir havia sido demitido do seu trabalho há cerca de três meses, onde recebia um salário de R\$ 246,00 (o salário mínimo da época), e ainda não havia conseguido um novo emprego. Naquele momento estava vivendo de bico na condição de diarista. A história se repete: Leda, como as demais famílias anteriormente visitadas, recebia muitos parentes e, como sempre, não tinha como manter a todos. Assim os visitantes iam para as ruas pedir. Ela, segundo o que me disse, não ia porque seu marido não a deixava.

Os Jaminawá apresentam diferenças em seu modo de vida nas aldeias, e o modo como vivem na cidade. Eles desenvolveram estratégias para viver o ritmo dos centros urbanos. Entre as mulheres Jaminawá há uma rotina: pela manhã saem de suas casas, fazem uso do transporte coletivo, porém não pagam a passagem; a cena de mulheres indígenas passando por debaixo da catraca, nos coletivos que fazem a linha dos bairros onde os Jaminawá têm casas, é recorrente.

Quando as mulheres entram no ônibus, sempre acompanhadas de seus filhos, e sentam-se, a reação da maioria dos usuários do transporte coletivo é de rejeição. Cobram dos motoristas que as retirem do ônibus. As mulheres Jaminawá tratam a situação com indiferença, como se aquela situação não fosse com elas. Os motoristas, por sua vez, costumam também ignorar as mulheres Jaminawá, e raramente algum deles pede para que saiam do ônibus. Desembarcam geralmente no ponto do mercado velho, local onde há uma feira de produtos agrícolas, a conhecida Feira do Colono.

Essa feira está localizada às margens do Rio Acre, espaço que abriga um forte comércio de produtos vindos da floresta, trazidos por ribeirinhos, pequenos agricultores e indígenas. Encostam seus barcos carregados de banana comprida, farinha de macaxeira, cajarana, coquinho, castanha, açaí e outros. Esta feira é permanente e como toda feira há sobras de produtos. É dessas sobras que os Jaminawá se alimentam enquanto estão em Rio Branco. É comum encontrar mulheres Jaminawá enchendo sacolas com estas sobras e depois de terem as sacolas carregadas, rumam para o centro de Rio Branco.

No centro de Rio Branco não há somente Jaminawás pedintes, e percebe-se, através das matérias jornalísticas e nas falas de moradores, como a situação muda quando este pedinte é Jaminawá: não pela etnia específica, mas pelo fato de ser índio. Para a justiça acreana, as crianças Jaminawás que acompanham suas mães pedintes encontram-se em situação de risco social. Em decorrência disto, a magistrada da Vara da Infância, Maria Tapajós, acionou o conselho tutelar para que a instituição tomasse providências, com a justificativa de que estas crianças estavam em um ambiente sujo e que oferecia perigo a sua integridade. Entretanto, a ação em nada ajudou a solucionar a problemática, e o Conselho Tutelar ao deparar-se com a resistência destas mães em entregar seus filhos, recuou.

No mesmo período, o Ministério Público Federal acionou o estado através uma multa diária. O Instituto de Meio Ambiente do Acre respondeu que a situação era impossível de ser solucionada somente por uma ação no âmbito estadual, e que haveria a necessidade de convocar as demais esferas do poder público. A entrada da justiça na “problemática Jaminawá” resultou em um termo de ajustamento de conduta. Com base no TAC, originou-se a constituição do Grupo de Trabalho (GT Jaminawá) em 15 de maio de 1999, com o objetivo de avançar nos estudos e resoluções dos problemas relacionados ao povo Jaminawá.

Teoricamente, a composição do Grupo de Trabalho contou com o Governo Federal,

que participaria através da Fundação Nacional do Índio – (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde – (FUNASA). O Governo do Estado do Acre, pela Fundação Elias Mansour – (FEM), a Secretaria de Estado e Educação – (SEE), Secretaria de Estado da Produção – (SEPRO), Secretaria de Estado da Saúde – (SESAC). As ONGs participaram através do Conselho Missionário Entre os Índios – (COMIM), União das Nações Indígenas – (UNI AC), Conselho Indigenistas Missionário – (CIMI).

Teria este sido um e evento em que, pela primeira vez, firmou-se um comprometimento não apenas da FUNAI, mas de outras entidades do Governo Federal e Estadual e ONGs. Este compromisso visava criar mecanismos que proporcionassem o implemento de medidas que, quando realizadas, melhorariam as condições de vida para os Jaminawá. As medidas tomadas no GT previam reassentar os Jaminawá e reiniciar um processo de reorganização étnica. Nesta conjuntura o governo do Acre decide construir as BRs 364 e 317, projetos que foram pautas de grandes lutas para que não fossem executados.

O processo preparatório para a construção iniciou-se pela criação do grupo responsável pela elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) das BRs 317 e 364. Fazia parte do grupo o componente indígena, o qual tinha a tarefa de tratar dos assuntos relacionados às áreas indígenas impactadas pela construção das estradas. Para os estudiosos, os Jaminawá sofriam impacto indireto e, nesse momento, o GT- Jaminawá foi dissolvido, passando a integrar o grupo de estudo das BRS.

Para realizar o estudo com os Jaminawá foi preciso a contratação de dois antropólogos, pois o primeiro não tinha formação para a tarefa. Por conta disso, os estudos realizados em terra Jaminawá sofreram atraso, sua suposta mendicância foi analisada e considerada um problema grave que assolava o povo Jaminawá. O grupo de estudo levantou a necessidade de medidas mitigadoras para o problema da mendicância, mas a questão da construção das estradas dividiu a opinião dos antropólogos acreanos.

Para alguns, a construção das BRs aumentaria as andanças do grupo e com isso o crescimento do número de índios na cidade. Por outro lado, para estes pesquisadores havia um elemento na “problemática Jaminawá” que merecia toda a preocupação: o alcoolismo. Acreditavam que o vício os impulsionava para os centros urbanos e que, não tendo como manter-se, o único recurso era ir às ruas para pedir esmolas. Para outros, a vinda dos Jaminawá para a cidade não estava diretamente ligada às estradas, pois viriam com ou sem



elas. Acreditavam que o que deveria ser feito era investir nas aldeias, pois com boas escolas, com atendimento básico de saúde e projetos de revitalização cultural em suas terras, seus problemas poderiam ser resolvidos.

Entretanto, estas discussões não ultrapassavam os bastidores do movimento indígena e indigenista, não havia um contexto de enfrentamento com o governo para a não construção das BRs, mas apenas opiniões que facilmente eram colocadas de lado. A permanência dos Jaminawá em seus territórios é curta, as extensas viagens fazem com que passem longos períodos ausentes de suas aldeias, enquanto nas aldeias ficam poucas famílias.

As políticas públicas na forma de benefícios como aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença, etc., faz com que o deslocamento dos índios de suas aldeias para a cidade se torne contínuo, pois muitos benefícios são pagos mensalmente e, assim, ocasionam a diminuição da permanência dos índios em suas aldeias. Como efeito, a ação de fiscalizar os limites de seu território deixa de acontecer, e a invasão de madeireiros em terras Jaminawá se faz constante.

A expansão do agronegócio e da indústria madeireira, pressiona o governo para a construção das estradas e encontra facilidade, pois não há resistência por parte dos Jaminawás, como coloca Calavia Saez

*Nada garantiza, sin embargo, que esa falta de presión sobre el territorio perdure indefinidamente, sobre todo si alguna vez pasan adelante las obras de la carretera BR 317, y con ellas el proyecto secular de una carretera transoceánica, que atraería un flujo considerable de colonos. (CALAVIA SAEZ, 2004)*

Podemos dizer que os Jaminawás foram pegos de surpresa com a construção dessa estrada e, conseqüentemente, me vi mais surpresa ainda quando fui chamada para ingressar o grupo de trabalho de elaboração do Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA das estradas.

Nesta nova etapa, meu trabalho incluiu o acompanhamento dos profissionais do EIA-RIMA que visitavam as terras indígenas e, paralelamente, visitavam a execução de atividades de “monitoramento dos Jaminawás” na capital.

O governo foi ágil em promover a cultura indígena no estado. Em comemoração ao dia do índio, foi criado pelo governo do estado o Festival de Culturas Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas. Na abertura, foi lançada a revista “Povos Indígenas do Acre e Sul do Amazonas”. A revista seria distribuída nas escolas de todo o estado, e trazia a descrição da

cultura de treze etnias da região, dentre as quais uma matéria acerca da história do povo Jaminawá. A programação era extensa. Participavam delegações indígenas da região que faziam apresentações culturais, eram realizados debates pautados na luta pela terra, melhorias na saúde e educação.

Estas reivindicações foram compromisso de campanha do governador Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores. Em seu discurso o governador lembrava aos indígenas que ele fora o único candidato à governo que em campanha lançou propaganda eleitoral na língua indígena. Em campanha, o candidato visitou aldeias e, em seus discursos, estava presente a defesa aos povos indígenas. O movimento indigenista estava eufórico com o compromisso desse governo com as demandas dos povos indígenas. Nesta conjuntura, outros povos indígenas através de suas lideranças sentaram para negociar com o atual governo mas, no caso dos Jaminawá, não houve este tipo de diálogo. O governo não encontrou nenhum tipo de resistência em relação aos projetos de desenvolvimento sustentável que afetava a vida do povo e, entretanto, com tudo isto acontecendo, os Jaminawá ainda permaneciam nas ruas.

Diferente dos demais grupos que aprovaram o “boom” do governo, para se organizarem com a criação de cooperativas e associações, os Jaminawá permaneciam à margem do processo. Na organização do grupo de trabalho da elaboração do relatório de impacto ambiental, os Jaminawá estavam inseridos de maneira desproporcional em relação aos demais povos indígenas. Não havia uma liderança Jaminawá para negociar com o governo, e faltava direcionamento nas ações em relação às terras indígenas deles.

Enquanto isso, o estado se convencera de que precisaria de uma política mais eficaz para retirá-los da suposta situação problemática. Esta ação do estado foi a contratação de um antropólogo para elaborar um laudo que explicasse a complexidade da situação.

Os projetos elaborados no âmbito do governo estadual visava fixá-los em suas aldeias, e as discussões se reduziam a encontrar uma solução para os Jaminawá saírem das ruas. Nas reuniões se definiam tarefas como: “Temos que descobrir em que eles gostam de trabalhar”, ou “Como tornar a aldeia mais atraente para a permanência deles?”. O trabalho com os Jaminawá, no discurso do governo, era uma prioridade, porém não havia recursos suficientes para tanto, não havia uma política traçada para os indígenas.

As orientações se baseavam nas experiências de trabalho de indigenistas como Txai Macedo, Txai Terri e Marcelo Peidrafita com outros grupos. Este foi o modelo a ser seguido

no trabalho com os Jaminawás. Observa-se que não havia no âmbito do governo uma discussão feita, mas apenas um processo em construção de como atuar nas políticas voltadas para os povos indígenas. Os elementos de que o governo dispunha na época para trabalhar com os estes povos eram instrumentos burocráticos.

### **A busca da origem do problema Jaminawá**

Depois de um ano de trabalho as cobranças aumentaram mas, com o tempo, em nada havia melhorado a situação problemática dos Jaminawás: as mulheres continuavam a pedir nas ruas e, embora tenha havido um período em que sua presença nas ruas diminuiu, foi algo apenas momentâneo. Nas capas dos jornais as fotografias de mulheres sentadas nas calçadas, estendendo a mão para pedir, soavam como denúncia de que os índios voltaram a viver em situação de miserabilidade na cidade. O zelo pela imagem do trabalho que pela primeira vez o estado vinha realizando com as comunidades indígenas, fez com que o governador convocasse uma reunião para tratar do assunto. Fui avisada pelo meu chefe de que o governador havia convocado uma reunião com a responsável pelo monitoramento dos Jaminawás. Estava em pauta a necessidade de encontrar uma forma de solucionar a situação problemática dos Jaminawá de uma vez.

Na época, entre as inúmeras tarefas de meu trabalho, considerei um desafio encontrar o motivo pelo qual os índios saíam de suas aldeias, e permaneciam na cidade pedindo dinheiro na rua. Quando e como ocorreu a vinda dos Jaminawás para Rio Branco? Este foi um dos “nós” do meu trabalho. Pois a cada relato, a “origem” ganhava outra história, ou seja, os motivos mudavam a cada conversa que tínhamos. Hoje penso que buscar uma “origem” é uma das tentativas para justificar que há um “problema Jaminawá” e, na época, encontrar a “causa” representava para o governo uma saída rápida e eficiente.

Contudo, acreditava que a explicação do “problema Jaminawá” encontrava-se nos relatos dos mais velhos mas, para minha surpresa, ouvi que os índios sempre vieram para a cidade. Dona Nazaré moradora da aldeia Betel disse que as viagens com destino aos centros urbanos não são novidade para os Jaminawá, e que a diferença entre aquele tempo e hoje, esta no número de famílias. Para ela os Jaminawás, quando vinham para cidade, geralmente formavam grupos de uma ou duas famílias, e hoje os parentes vem em muitas famílias. No desenrolar da conversa, Dona Nazaré conta que os Jaminawá sempre viajaram para visitar parentes em outras aldeias. Foi depois da chegada do “cariu” na vida deles, que passaram a

conhecer as cidades, e este contato com o mundo do branco fez com que o destino predileto fosse as cidades

O deslocamento em massa aconteceu com a saída de Zé Correia da terra indígena cabeceira do Rio Acre para Rio Branco. Este episódio, pelo que observei, é um marco na história do grupo: foi no ano de 1991 em que Zé Correia recebeu o convite para assumir um cargo na União das Nações Indígenas (UNI). .

Na conversa chega a liderança da aldeia Betel, Valdo Jaminawá, e concorda com a explicação de Dona Nazaré . Diz ele: “*este grupo que veio todo para a cidade naquele ano, era o grupo do Zé Correia, os Xixinawá.*” Episódio este que é descrito por Sales.

*Escolhido coordenador da Uni José Correia teve de transferir-se com sua família para Rio Branco, onde fica a sede desta organização indígena. Infelizmente, um grande número de pessoas acompanhou a liderança com destino a Rio Branco, alguns somente para conhecer a capital, e outros para tentar conseguir alguns benefícios materiais que lhes eram impossíveis na terra indígena. (SALES, 1999)*

Há relatos que apontam que houve outro motivo a saída da T. I Cabeceira do Rio Acre para a cidade. Um dos fatores seria um conflito entre os próprios Jaminawás, como descreve Zé Correia em uma entrevista para o jornal *Página 20*.

*Na virada do ano de 1995 pra 96, um parente, o Adão, atirou em outro, o Zé Paulo. Então, o que aconteceu? Todo familhão do baleado se sentiu ofendido, em especial o Antonio Kuruma, que é uma liderança e cunhado do Zé Paulo. Já o tio do Zé Paulo, que é pajé no Caeté, também se sentiu ofendido, porque fizeram isso com um sobrinho dele. Mexeu com um, tá mexendo com muita gente. (Página 20, dia 05/02/2006)*

A existência de conflito é narrada na história do grupo também como um dos motivos para a vinda destas famílias para a capital. Nas entrevistas realizadas com os mais velhos percebia que os conflitos não eram um tema sobre o qual se sentiam a vontade em relatar. Deste modo, na primeira pergunta em que me referi acerca do motivo da vinda deles para a cidade naquela ocasião, a resposta era o abandono da liderança.

Mas Zé Correia não se sentia, digamos, desconfortável em falar dos conflitos, e nas conversas que tínhamos sempre se colocava no papel do responsável pelo grupo, mas que,

infelizmente, não podia estar junto a eles em todos os momentos, e então ocorriam estas brigas. Para os Jaminawás, por sua vez, quando se referem aos conflitos, a vingança é um temor que está em cada índio envolvido direta ou indiretamente no conflito. Como podemos observar na fala de Zé Correia na entrevista citada acima.

*Para evitar mais confusão, ou mortes, os parentes do baleado vieram tudo pra Rio Branco. Chegando por aqui, não tiveram mais condições de retornar, porque ficou um clima muito pesado.”(Página 20, dia 05/02/2006).*

O tema do conflito foi muito explorado na ocasião, e as duas justificativas para aquela situação dos Jaminawá morando embaixo da ponte, sobre o rio Acre no centro da capital, eram “o abandono da liderança ao grupo” e o “conflito que resultou em morte na T.I Cabeceira do Rio Acre”. Este conflito descrito por Zé Correia vai, deste modo, ganhando autoridade na justificativa: agora havia uma causa concreta.

*A outra parte, que baleou, que era parente do tuxaua de lá, o Zé Antonio, ficou escondida na mata, tudo armado. Assim é a tradição Jaminawa: não se briga de peito aberto, não. Faz uma coisa e se esconde todo mundo na mata, esperando se os parentes do ofendido vêm atrás de fazer vingança. Pra não ficar aquela cisma, todos os parentes do baleado se obrigaram a vir pra Rio Branco. Ficaram sem condições de voltar pro São Lourenço, mas também não podiam se mudar pra aldeia Betel, na TI Mamoadate, porque as pessoas de lá são parentes próximos daqueles que ficaram lá na Cabeceira do Acre, Eles ficaram sem saída. Que direção tomar? Mudar pro Guajará também não tinha boca, porque poderia aumentar esse conflito. (Página 20, dia 05/02/2006).*

Nesta descrição de Zé Correia se pode observar como atua o conflito para os Jaminawá. Quando o evento ocorre, a fragmentação faz com que as facções procurem outro lugar para morar. Contam os mais velhos que, antes, quando aconteciam brigas internas, eles procuravam lugares onde já haviam morado, ou seja, lugares conhecidos por eles. Nunca muito longe da antiga moradia. Mas atualmente quando o conflito acontece, eles vêm para a cidade.

*Aí ficaram rolando pela cidade, mendigando, sem ter aonde ir. Ficaram uns tempos debaixo das pontes, perambulando pelas ruas e praças da capital. Quando as autoridades começaram a apertar os parentes, eles procuraram logo a Funai pra achar uma solução.(Página 20, dia 05/02/2006)*

Também podemos ver na descrição de Carid

*A historia da criação de uma comunidade é sempre de uma cisão. Os conflitos e as guerras definem por todas as partes a distribuição territorial atual dos Yaminahua, como eles mesmo não se cansam de explicar. (CARID, 2007)*

### **O território se expandiu para a cidade**

A ocupação do território Jaminawá não é tema de discussões no âmbito das instituições governamentais e na pauta do indigenismo acreano. No âmbito governamental, quando pautado o tema, visa sempre pela busca em fixá-los em terras indígenas. Esta ausência de debate foi apontada por Calavia Saez

*En los casi treinta años que va durando ese proceso, dígase la verdad, se há pensado poco, o nada, en lo que podríamos llamar "noción Yaminawa de territorio. (CALAVIA SAEZ, 2004)*

A territorialidade Jaminawá é pauta nas discussões, quando é tratada pelo eixo do suposto “problema Jaminawá”. Há o entendimento de que fatores como o alcoolismo, a prostituição e o ato de pedir dinheiro nas ruas, serão solucionados quando os Jaminawás se fixarem em suas aldeias e que, para isto, deve-se tornar as aldeias atrativas, o que contribuirá para a fixação deles em suas aldeias, em terras Jaminawá.

Mas quais são os territórios de “origem” dos Jaminawás? Esta resposta causa desconforto quando levantada, pois há consenso somente na ideia de que a cidade não é um espaço indígena e, assim, a cidade não poderia receber índios. Para que os Jaminawás tenham uma terra de “origem”, surge a reivindicação da extensão territorial, onde a justificativa do governo é a seguinte: os Jaminawá já têm terras o suficiente; o conflito interno é mais uma vez acionado para justificar a não extensão de território, pois acreditam que a cada bebedeira haverá uma nova briga, uma nova cisão do grupo e, conseqüentemente, a demanda por mais terras.

As interpretações acerca do território Jaminawá são as mais diversas. Por exemplo, os Huni kui contam que a cidade de Rio Branco é solo sagrado dos Jaminawás, e que os parentes sempre fizeram viagens longas, fazendo ao longo do percurso paradas para comer e descansar, e algumas dessas paradas eram locais onde faziam rituais. Nas praias dos rios faziam seus tapiris e ali ficavam por dias, sendo que uma dessas paradas, onde faziam seus rituais, é o local onde hoje está a cidade de Rio Branco.

As ações governamentais, quando se deparam com os acontecimentos do mundo Jaminawá, perdem o sentido para o qual foram projetadas como, por exemplo, as atividades a serem executadas em suas aldeias: muitas vezes, quando os profissionais chegam ao local, a aldeia está praticamente vazia e, muitas famílias, mesmo sabendo do acontecimento da atividade, partiram para a cidade. Estas atividades elaboradas no âmbito governamental, quando chegam aos índios não estão na mesma sintonia, pois há um distanciamento entre os objetivos do governo e a política Jaminawá. A lógica da mobilidade Jaminawá não obedece ao cronograma governamental e, quando questionados, dizem o que os brancos querem ouvir, ou seja, em várias ocasiões “assumem a responsabilidade”, justificando que não deveriam ter saído, sabendo que haveria ações a serem executadas na aldeia.

Eles já conhecem o discurso da sociedade em relação a eles, e se apropriam deste para obter coisas que necessitam, tais como: combustível para mais uma viagem, roupas e objetos manufaturados, situação que também funciona como uma maneira de não serem incomodados com tantas perguntas.

O acontecimento da ocupação da cidade, nos leva a entender que a mobilidade espacial dos Jaminawá expandiu-se para a cidade, ocasionando sua estadia em centros urbanos do estado e, principalmente, na capital. Não há para os índios uma fronteira territorial entre aldeias e cidades. Ao que parece, o grupo não vê a cidade como um espaço proibido, ou que eles estejam em um lugar que não é o deles. Neste sentido, mais uma vez podemos observar que para eles não há um “problema Jaminawá”.

A noção de terra indígena, para o grupo, não tem os mesmos limites que a Funai estabelece. Contam que sempre realizarão extensas viagens e estadias, por longos períodos, nos locais onde foram construídas as cidades. Depois do contato o grupo se fragmentou pelo estado do Acre, Peru e Bolívia, fugindo da expansão colonizadora, como lemos nas palavras de Gallois.

*Mas não é tão simples. Primeiro, porque seria negar o tremendo impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas, muitas delas rechaçadas e refugiadas em áreas que não correspondem à sua localização histórica, nem à extensão territorial ocupada antes da dizimação gerada pelo encontro com frentes de colonização. (GALLOIS, 2004)*

Contudo, por que a presença destes indígenas na cidade causa tamanho incômodo? Por que a estadia deles na cidade é considerada um problema tanto para a sociedade acreana como para o governo? Para que se entenda em que sentido coloco estas duas questões, é preciso observar a relação do governo do Acre para com o grupo, atentar para a negação da possibilidade de que estes índios venham a viver na cidade, pois é com este olhar que o governo passa a afirmar a existência de um “problema Jaminawá”. A partir desta premissa, o governo mantém uma relação assistencialista com o grupo que atua como uma troca, onde a moeda é a saída deles da cidade.

O suposto “problema Jaminawá” ganhou um rosto no discurso do governo, como podemos ver nesta entrevista do agora senador da república, que na época era governador, Jorge Viana.

*Estes índios Jaminawás vivem migrando é da cultura, da história deles. É muito difícil lidar com o problema. (VIANA, 2014)*

A justificativa do governo em relação ao suposto problema Jaminawá demonstra claramente que o governo atua com o grupo da mesma forma que o senso comum, pois a única abordagem das políticas públicas em relação ao grupo é o retorno deles para a aldeia.

*Eu já fiz muito trabalho para levar aqueles índios para aldeia. Eles têm áreas enormes onde podem levar uma vida. (VIANA, 2014)*

Nesta mesma entrevista, o deputado estadual Sergio Petecão expõe sua opinião com relação ao problema.

*O problema daqueles índios lá de Sena Madureira é de comida. Eu vejo eles lá no mercado pedindo comida. (PETECÃO, 2014)*

Este olhar do poder público, que acredita que as políticas assistencialistas resolverão o “problema Jaminawá”, não questiona a possibilidade destes índios terem a cidade como moradia, pois com o novo projeto urbano e paisagístico, tanto a capital como os demais centros urbanos do estado não contemplam a possibilidade dos índios ocuparem estes espaços. O “zelo” pela cidade está presente nas falas do Senador Jorge Viana.

*O Acre está mudando muito. Rio Branco é um orgulho para nós. (VIANA, 2014)*



Todavia, os Jaminawás tem uma ideia diferente acerca dos espaços urbanos. Mesmo quando se apropriam do discurso do governo de que a “cidade não é lugar de índio”, eles continuam vindo para a cidade.

### **Os indigenistas e os Jaminawás**

Em uma das viagens que fiz até a terra indígena do rio Caeté, Zé Correia me convidou para conhecer um local perto da Aldeia Extrema. Ele me disse que este local era terra ancestral dos Jaminawá, e Txai Macedo nos acompanhou. A viagem durou cerca de uma hora seguindo rio acima. Durante o percurso Txai Macedo pediu á Zé Correia que contasse a história da época em que os Jaminawá moravam no rio Ucayali, no Peru.

Para Zé Correia contar histórias não era algo difícil: “desde pequeno ouvi que no rio Ucayali viviam vários grupos, todos numa mesma região, e que foram os caucheiros<sup>2</sup> peruanos que tomaram suas terras, e os capturavam para que estes trabalhassem como escravos na extração da borracha. Foram tempos de cativeiros, vários grupos conseguiram fugir, e hoje são índios isolados.” Salienta que este tempo foi curto em relação aos demais grupos indígenas que viveram em cativeiros, mas que o contato com os patrões seringalistas e o sistema de aviamento foi um período longo.

Calavia Saez descreve que os Jaminawá, ao mesmo tempo em que se sentiam atraídos pelos presentes dos patrões, apresentavam resistência ao contato. Ele trata como uma ambivalência o processo do contato dos Jaminawás. E para isto descreve a história de Luis Brabo.

*Os peruanos chegaram oferecendo presentes. Luís Brabo, o mais velho do Yaminawá, ilustra as ambivalências do momento. Dodo Meireles, o primeiro patrão, deu-lhe o apelido porque não aceitava as mercadorias brancas: “dava roupa pra ele, ele jogava fora; dava terçado, jogava fora; dava espingarda, jogava fora.” (CALAVIA SÁEZ, 2006)*

Este comportamento de resistência é presente até os dias atuais no grupo. Contam com orgulho o caso de uma senhora já idosa que até hoje não aprendeu a língua dos brancos, o português. Em meio a muitas histórias, Zé contou que naquele tempo não existia um povo Jaminawá, mas sim vários grupos, os Xixinawá (gente do quati), Kununawá (gente da orelha-de-pau), Yawanawá (gente da queixada), Mastanawá (gente do socado), Bashonawa (gente da

---

<sup>2</sup> Contar a historia dos caucheiros

mucura), Sharanawá (gente povo bom).

Zé Correia usa como exemplo a astrologia para explicar como estes grupos pequenos estão localizados na organização do povo: “estes grupos hoje dentro do povo é como o horóscopo para os brancos. Tem grupos de câncer, de sagitário e por ai vai! Com os Jaminawás é assim também com estes grupos” – disse Zé Correia. O relato de Correia tinha como objetivo mostrar a divisão interna, mas que não havia predominância de nenhum grupo sob o outro.

Estes grupos, quando capturados para viver em cativeiro<sup>3</sup>, eram todos indistintamente denominados de Jaminawá, pois os brancos não sabiam o nome de todos. Estes grupos eram considerados grandes guerreiros, e estes grupos guerreavam entre si. Este fato, segundo Correia, explica a existência dos conflitos internos, pois eram todos inimigos e haviam sido forçados a morar juntos, viver em cativeiro e formar um único povo, como Descreve Calavia Saez

*Entre uma e outra localização, como motor contínuo dessa história, surgiram conflitos que determinaram a saída dos ancestrais em direção a novos lares; em conflito com outros índios, eles viram também se multiplicar as divisões internas – os Yaminawá não são senão um conjunto de povos que só o homem branco tem decidido resumir nesse nome.”(CALAVIA SÁEZ, 2006)*

*Txai Macedo* comenta que ele e *Terri* lutaram para libertar os indígenas do domínio dos patrões. Aos fragmentos da história do passado dos Jaminawas narrados por Zé Correia, se conectavam as complementações de Macedo. A cada relato descrito por Macedo, Zé Correia lembrava de algo que lhe havia sido contado ou vivido, e tudo funcionava como um estímulo para Zé Correia iniciar mais uma história.

O movimento indigenista no Acre teve e tem figuras expressivas na luta pelos direitos indígenas. *Txai Terri*, como é conhecido o antropólogo acreano, há 32 anos atua junto às comunidades indígenas da região, e ajudou a fundar a ONG Comissão Pró Índio (CPI). O sertanista Antonio Luiz de Macedo, companheiro de *Tai Terri*, conhecido entre os índios como *Txai Macedo*, é conhecedor de diversas línguas indígenas e tem participação histórica no processo de aliança dos Povos da Floresta. Como funcionário da Funai, participou da

---

<sup>3</sup> Cativeiro- “ “ Cativeiro, nos termos em que é habitualmente usado é sobretudo uma racionalização a *posteriori*, ou mais exatamente uma racionalização adequada para separar o presente do modelo anterior. Mas essa descontinuidade não é considerada pela maioria dos Yaminawá, que, com o tempo – e talvez depois de algumas dúvidas classificatórias-, vão integrando seus sucessivos libertadores na categoria do patrão. “ (Oscar) pag 183

demarcação de diversas terras indígenas do Acre. Por ocasião do assassinato de Chico Mendes em 1988, assumiu a direção do conselho nacional dos seringueiros, coordenando o processo de mobilização pela Regional Vale do Juruá do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que resultou na demarcação da primeira reserva extrativista do Brasil.

Entre as histórias ali contadas por Zé Correia e Txai Macedo, entra em cena outro personagem, o sertanista Meireles. História que mais tarde me levou a realizar uma visita à Meireles na cidade de Feijó. O domínio dos patrões na vida dos Jaminawás foi quebrado com a instalação de um posto da Funai na T.I do Mamoadate. Calavia Saez descreve este período

*Os yaminawás encontram novos parceiros nesse período entre os agentes governamentais. Em 1975 é fundada a Funai no Acre. (CALAVIA SÁEZ, 2006)*

*Foi então, em 1975, que os Jaminawás iniciaram uma relação com as instituições governamentais. Foi neste ano que o estado instalou um posto da Funai na T.I.*

*O contato coloca um grupo indígena diante de lógicas espaciais diferentes da sua e que passam a ser expressas também em termos territoriais. As diversas formas de regulamentar a questão territorial indígena pelos Estados Nacionais não podem ser vistas apenas no ângulo do reconhecimento do direito à “terra”, mas como uma tentativa de solução desse confronto. (GALLOIS, 2010)*

Depois de anos morando na Terra Indígena do Mamoadate, Meireles mudou-se para Feijó, e no momento do nosso encontro havia assumido o cargo da Funai de coordenador da Frente de proteção etnoambiental do Rio Envirai.

Nesta viagem tive a companhia de Txai Macedo. Meireles iniciou a conversa com uma expressão que me deixou curiosa: “foi um tempo muito bom até acontecer aquele desastre”. Deu continuidade à conversa e me disse que os Jaminawás enfrentaram períodos mais difíceis do que este que dizem que estão enfrentando. Quando veio para o posto da Funai, conta que veio sozinho e diante do quadro que se encontravam os índios daquela T.I, mandou um telegrama para a Funai solicitando um profissional da área da saúde.

A Funai enviou uma profissional, a enfermeira Sr<sup>a</sup> Tereza, com a qual se casou e atualmente vive. Meireles contou que os Jaminawás sempre viajaram, mas que viajavam em grupos pequenos e raramente o destino era a capital. Rio Branco, no trajeto deles, era um ponto de passagem, e durante todos os anos em que trabalhou com os Jaminawás, nunca havia visto tantos índios viajarem juntos para Rio Branco como ocorreu quando Zé Correia foi

embora da aldeia, e após aqueles conflitos na T. I Cabeceira do Rio Acre.

Naquele período, entretanto, não trabalhava mais com os Jaminawas mas, *“minha filha, vou lhe contar, aqui no rio Breu acontece o mesmo com os Ashanika, depois desta praga de aposentadoria. Aqui o único velho que bota roçado é aposentado. Para receber o benefício eles tem que vir até Feijó que, entre a viagem de ida à cidade e o retorno, dura aproximadamente trinta dias, e quando chegam à aldeia, já é hora de voltar para receber novamente. A diferença é que os Ashaninka ainda não descobriram que podem pedir dinheiro, e ficam dentro dos barcos como verdadeiros mendigos. Não é verdade Macedo? – perguntou a Txai Macedo, que os Jaminawá não são mendigos, que a cidade os tornou mendigos?”* As políticas públicas de saúde e de benefícios atuam como atrativos para os Jaminawá virem aos centros urbanos.

Desta forma, observa-se que o governo entra na vida dos Jaminawás e ocupa o lugar do patrão, com a diferença de que agora os Jaminawás não precisam trabalhar diretamente para este “novo patrão” para receber algo. Os benefícios oferecidos pelas políticas públicas, no sentido da problemática em questão, exercem fundamentalmente um atrativo a mais para que estes índios venham para as cidades.

### **Viagem á cidade de Brasília**

Depois de ouvir vários relatos dos Jaminawá, afirmando que em Brasileia os parentes construíram uma aldeia na cidade, resolvi ir até lá. Logo ao chegar à cidade, avistei duas senhoras Jaminawá catando lixo em dois daqueles latões colocados nas ruas pelas prefeituras. Foram receptivas, conversamos e me levaram até o bairro Samaúma, onde moram seis famílias Jaminawá em barracos construídos por eles próprios, liderados por seu José Batista. Naquele momento não foi possível encontrar o líder da comunidade, visto que ele encontrava-se na Bolívia coletando castanha juntamente com outros Jaminawá, enquanto o grupo que estava em Brasília naquele momento, trabalhava como diaristas, limpando quintais, ajudando pedreiros e vendendo picolé. Embora tudo aconteça como relatou o índio José Cordeiro, "gostamos de trabalhar, difícil é aparecer trabalho".

Observei nos relatos que apontavam conflitos internos, como impedimento dessas famílias não retornarem a nenhuma terra indígena Jaminawá, especialmente às aldeias São Lourenço e Ananai, de onde haviam saído quando vieram para Brasília, que estas já haviam tentado várias vezes morar em aldeias de outras etnias, sem sucesso, e por isso voltaram à

mesma situação de não terem onde morar.

Fui conversar com João Jaminawá que, naquele momento estava morando à margem do rio Acre, naquele município. Ele colocou que quer morar na aldeia Asa Branca, onde é aceito pela comunidade, porém não tem condições de fixar-se no local. Ele precisa de um lugar seguro, já que tem de sustentar sua família, de dez pessoas, e ele é o único que trabalha na família.

Soube que havia indígenas brasileiros morando nas margens do Rio Acre, do lado boliviano, e com a ajuda do Delegado de Polícia de Brasília, consegui autorização para realizar o levantamento junto aos Jaminawá que se encontravam do outro lado da fronteira. Minha visita só seria possível desde que fosse acompanhada pelo próprio Delegado e dois policiais bolivianos. Chegando lá, havia um grupo de dez famílias Jaminawá, sendo que muitos estavam provisoriamente trabalhando na coleta de castanha, e na extração de borracha. Os policiais bolivianos informaram que na Bolívia eles não pedem nas ruas, pois a prática é proibida e não são tutelados pelo estado.

Com estas viagens percebi que existia uma grande mobilidade dos Jaminawás, e que não havia como saber quais eram os índios que viviam nas cidades, e quais eram os índios que estavam vivendo em aldeias. Encontrava os mesmos índios em Brasileia, e em Rio Branco os mesmos Jaminawá que estavam em Assis Brasil.

### **Reunião em Assis Brasil**

Em março de 2001, uma reunião foi convocada pelo prefeito de Assis Brasil, Manuel Batista, para tratar da situação dos Jaminawá que moram no município. Participaram da reunião o administrador da FUNAI, representante do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), e representantes das secretárias de saúde e educação. Também participou um representante da União da Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI-AC).

O prefeito colocou que na periferia daquela cidade havia muitos índios, mas que toda estrutura da FUNASA encontrava-se na cidade de Brasília, o que tornava difícil atender os índios mais dignamente. Houve reclamação por parte dos índios, de que a Secretaria Municipal de Ensino não reconhecia o ensino diferenciado e exercido pelos professores indígenas. O professor Xima Xavier, autor da reclamação, solicitou aos presentes para que a Secretaria de Educação juntamente com a CPI-AC, elaborassem uma cartilha na língua

Jaminawá. Expôs a necessidade de um trabalho voltado para a alfabetização de jovens e adultos, onde seria necessária a instalação de placa solar nas escolas, pois seria desenvolvido à noite.

Falou da inexistência de radiofonia e solicitou que o sistema fosse instalado nas aldeias de Ananai e São Lourenço. Naquela ocasião, Jairon assumiu o compromisso de instalar o sistema em todas as aldeias Jaminawá daquela região. Havia inúmeras reivindicações: curso para operação de moto-serra, para construção de barcos, formação de agentes agroflorestais, limpeza do curso do Alto Rio Acre, mas o mais solicitado foi o de mecânico de motores de barco.

Naquela reunião, todos os indígenas ressaltaram a necessidade de políticas que assegurassem a vida na aldeia, e quanto às estadias na cidade, argumentaram que o motivo pelo qual vem à cidade é geralmente para a venda de produtos como banana, arroz, jabuti e outros. Os Agentes de Saúde Paulo e Dima Jaminawá, pediram para que fosse providenciada a construção de poços.

Estas reuniões aconteciam com frequência, mas as ações tiradas nelas nem sempre eram executadas. E enquanto isso as idas e vindas de Jaminawá entre aldeia e os centros urbanos continuavam.

Será que este era o desejo deles? Foi convocada uma reunião no Município de Sena Madureira, juntamente com um representante da Educação Escolar indígena, e a presença de vinte e dois índios Jaminawá que formavam cinco famílias, e se destinavam à TI Jaminawá de Caeté. Na chegada naquela cidade, participamos da reunião com Zé Correia, que iniciou reclamando da situação: quando seus parentes vêm das aldeias Buenos Aires e Extrema, ficam em barcos ou nos barracos construídos na beira do rio Yaco; desabafa que esta situação está longe de ser resolvida e que, para ele, a falta de lideranças fortes entre seu povo faz que se torne ainda mais difícil solucionar os problemas existentes. Relata que o alcoolismo é o mal que assola seu povo.

Para os Jaminawá, o álcool da tampa azul rende mais que a cachaça, que é uma bebida fraca, enquanto a cerveja, por seu preço mais elevado, raramente é consumida entre os índios. As brigas acontecem quando os protagonistas estão embriagados e, mesmo depois de passada a bebedeira, não esquecem a rixa e começam a planejar a vingança.

Aderaldo pede a fala e, em tom de revolta, fala das atitudes do representante da Secretaria de Educação do Estado do Acre, conhecido pelos índios pela alcunha de Bibi. Para Aderaldo, Bibi não reconhece a grade curricular de formação dos professores da aldeia. Por este motivo, Manuel Estébio, representante da Educação Indígena no Estado, explicou para Aderaldo que, na verdade, estava havendo uma certa confusão no entendimento entre o que era a educação aplicada pelo município, e o que estava sendo realizado pela Secretaria de Educação do Estado, contornado com este argumento a insatisfação de Aderaldo.

Arialdo, que naquele momento ocupava o cargo de professor da Aldeia Bueno Aires, tomou a palavra e falou da situação da educação na TI Jaminawá do Caeté. Alegou que ele mesmo encontrava-se desestimulado a exercer o ofício de professor naquelas aldeias, devido a que a única escola que havia sido construída, ainda não contava com carteiras, mesas, materiais didáticos e nem merenda escolar.

Por conta disso, Arialdo passou o cargo que assumia, para ser daquele dia em diante ocupado por seu compadre Valdir Júlio Jaminawá. Aquela atitude de Arialdo levou a sua comunidade a se revoltar, especialmente porque sentiu que Arialdo havia colocado um substituto que não correspondia às expectativas da comunidade. A partir disto ele saiu da comunidade, indo morar na Aldeia Extrema da mesma TI, e levou consigo o quadro negro da escola. Por conta disso, o professor Valdir Júlio Jaminawá passou a vir para Rio Branco periodicamente, alegando vir regularizar sua situação salarial junto a Secretaria de Educação. Diante dos acontecimentos, Arialdo solicitou uma visita in loco da equipe da Secretaria de Educação na aldeia.

### **Retorno à Sena Madureira**

No dia dez de dezembro de 2001, retornei à cidade de Sena Madureira para entrevistar o Padre Paulino Baldarassy, que havia realizado um longo trabalho com os Jaminawás. O padre falou que há muitos anos acompanha a trajetória Jaminawá, e que hoje não tem mais esperanças de mudar a situação de miséria em que vivem. A desnutrição para ele é mais um dos males que assola este povo. Diz que na região há um Pólo Base de saúde indígena, e que o atendimento é precário, sendo necessário um atendimento específico para o povo Jaminawá.

Ao conversar com o coordenador do Polo Base, colocou que os Jaminawá causavam problemas naquela unidade de saúde, pois quando buscam os serviços do Polo, sempre vem

em grupos de mais de vinte pessoas, ocasionando uma lotação de pessoas que não estavam doentes, e isto lhes causava problemas administrativos e gerenciais sérios.

No porto de Sena Madureira há uma casa grande construída no barranco do rio Yaco. Lá encontrei, entre outros Jaminawá, a filha de Antonio Pedro, Edileuza Jaminawá. Relatou-me que a casa foi construída pelos próprios Jaminawá, para servir de abrigo quando visitam àquela cidade, e que geralmente a casa fica lotada, e os Jaminawá que não cabem ali se hospedam nos próprios barcos ancorados no porto. Contou-me que no mês anterior uma criança de cinco anos, filha de Genésio Jaminawá, havia falecido por afogamento, tendo a vítima sido encontrada morta no mesmo dia, e que este acontecimento estava causando revolta por parte de alguns parentes, por conta das mulheres ficarem hospedadas nos barcos com suas crianças.

Edileuza comentou ainda, que os velhos aposentados passam longos períodos hospedados naquela casa e nos barcos, esperando receber de seus procuradores brancos, que são comerciantes locais, e que ficam com os cartões de seus benefícios, principalmente as aposentadorias, e que fatalmente recebem mercadorias por um preço sempre acima dos preços normais, e me dá alguns exemplos: um litro de álcool de 96°, de tampa azul, custa no comércio R\$ 1,50 mas, para os índios, era passado a um preço entre R\$ 5,00 a R\$ 10,00. Como Edileuza havia nos falado de um comerciante conhecido na cidade pela alcunha de José Peruano, fui atrás deste senhor; ele é um dos procuradores dos Jaminawá, e certamente um dos fornecedores de álcool para os índios. José Peruano não me recebeu, procurei Zé Correia e lhe relatei, e este me disse que já estava organizando uma lista com os nomes dos índios, não apenas dos Jaminawá, mas também dos índios Kulina e Kaxinawá que tinham procurador, e que iria entregar ao Sr. Administrador da FUNAI em Rio Branco, para que fossem tomadas providências.

### **Assembleia Jaminawá**

Desde a década de 1980 os índios perambulam pelas ruas, e até aquele momento, várias foram as tentativas de retirá-los da cidade e levá-los às suas aldeias. Para os envolvidos na questão a situação estava desesperadora, qual seria a alternativa? Com a vinda de Txai Macedo da Funai para o Instituto de Meio Ambiente do Acre(IMAC), surge uma esperança. Macedo chega com a ideia de organizá-los em torno de uma associação, o mesmo trabalho que fora realizado com outros grupos indígenas da região. A notícia chega até aos Jaminawás,



que decidem criar uma associação.

Estas associações, segundo os antropólogos e indigenistas militantes, tiveram um papel fundamental na libertação dos indígenas que se encontravam sob o domínio dos patrões seringalistas e pecuaristas. A ideia de organização dos grupos indígenas por meio das associações foi algo que deu certo, e o histórico foi promissor com outros grupos da região. Havia exemplos de associações bem sucedidas, como as do povo Ashaninka do rio Amônia, considerados, tanto pelos grupos indígenas como pelo Estado, como exemplo de um processo de organização avançado. Para o antropólogo Terri Vale de Aquino, a história indígena do Acre é dividida em épocas, o tempo das malocas, o tempo das correrias e o tempo dos direitos. Dentro dessa cronologia, os povos indígenas do Acre e sul do Amazonas encontram-se atualmente vivendo o tempo dos direitos.

As associações são vistas como um instrumento de reivindicação de direito dos povos indígenas e, por muito tempo, foram a saída encontrada por muitos grupos indígenas, pois com as organizações jurídicas, poderiam captar recursos e alcançar a independência do domínio dos patrões. A criação de inúmeras associações e cooperativas na época foi incentivada por programas como PDPI, FNMA e outros. Esta ação não teve o efeito esperado na maioria das comunidades, pois algumas destas associações organizaram-se em torno de famílias no interior dos grupos, ocasionando polêmicas que geraram conflitos internos.

Para a elaboração destes projetos foram realizadas oficinas, onde os editais eram explicados e, após, os projetos eram elaborados em conjunto. No processo de execução surgiram várias reclamações das comunidades, pois as atividades passaram a ser vistas não como uma solução para os problemas da comunidade, mas como um problema a mais.

As demandas interferiam no dia a dia da aldeia, as atividades visavam consultorias de profissionais não indígenas, e estas visitas afetavam a dinâmica dos moradores. Os “carius” como eram chamados os não índios, nem sempre eram visitas desejadas. Outra reclamação se dava por conta das ações desenvolvidas por membros da comunidade nos projetos, isso atrapalhava o cotidiano da aldeia, pois estes sujeitos passavam a ter responsabilidade com as tarefas de uma demanda que não tinha necessariamente a ver com as atividades diárias da aldeia.

O morador da aldeia tem tarefas que nem sempre é algo claro para quem é de fora. O caçador é aquele que tem habilidade na caça, e não existe apenas um caçador. Quando vão

caçar, sempre vão em grupo, e sujeitos que não tem experiência são convidados a participar da caça ou pesca para aprenderem. Quando um grupo ou um caçador chegam da floresta, a caça é distribuída, e aquele que ganha um pedaço menor sai chamando o caçador de sovina.

Quando conversávamos, os Jaminawá nos diziam que já tiveram projetos desenvolvidos em suas aldeias, mas que não apresentaram bons resultados. A criação de uma associação para os Jaminawá dentro dos moldes governamentais, com toda a burocracia para administrar, não seria tarefa fácil para eles.

Do outro lado, o então secretário de Meio Ambiente do Acre, um dos responsáveis pelas ações desenvolvidas com os Jaminawás, estava entusiasmado com a ideia. Nas reuniões que aconteciam no gabinete do secretário, estavam presentes sempre grandes cargos do governo e, muitas vezes, o governador. Nessas reuniões, havia pressa em solucionar a problemática Jaminawá, e delas saíam ideias que resultavam em uma demanda maior que a vontade política deste governo.

Nesse momento a solução para todos os problemas, de todos os Jaminawá do estado do Acre, se resumia na criação da associação: “os índios vão captar recursos e aplicar em estruturas nas aldeias, isso tudo com o nosso apoio.” Em uma das reuniões, foi programada uma oficina de gestão de projeto para as lideranças Jaminawás, mesmo antes da criação da associação. A viabilidade da assembleia, se deu por conta de um projeto que foi elaborado pela coordenadora do núcleo de indigenismo na época.

Em uma das reuniões, fiquei sabendo que havia sido elaborado um projeto com o objetivo de captar recurso, junto ao FNMA, para a realização da Assembleia, e que o referido projeto já tinha sido aprovado. Isto foi uma surpresa, pois não imaginava que a árdua tarefa da criação da associação estava tão próxima. Na semana seguinte, foi agendada uma reunião com lideranças Jaminawá para discutir a logística da assembleia.

A reunião aconteceu na sede da Funai em Sena Madureira, com a mediação de Zé Correia. Mal começou e a discussão já empacou no primeiro ponto, pois o conflito entre famílias do grupo não havia sido considerado pelo governo na hora de elaborar o projeto.

Zé Correia, indignado, levantou e fez um gesto para representar como ele via o tratamento do governo em relação aos Jaminawás: “este governo está dando uma banana para os Jaminawás! Não levou em consideração que pode acontecer uma tragédia ao reunir todos

em um só lugar. Não sei se foi de propósito uma coisa dessas, ou o povo lá no governo que trabalha com os parentes não sabe nada de índio.”

Naquele momento eu quis enfiar minha cabeça em um buraco. Mais uma vez tinha que defender a política indigenista do governo. Trêmula, levantei o braço para pedir a fala na reunião, e todos me olharam como se eu fosse me desculpar; iniciei a fala reconhecendo o erro, mas que poderíamos tentar achar um meio para não perdermos esta oportunidade, entretanto, enquanto eu falava, Macedo acendeu um cigarro e saiu da sala, saiu como se saísse de fininho.

Perguntaram-me por que eu não havia feito nada para evitar tal situação, pois eu já conhecia os Jaminawá e sabia disso, mas como explicar que dentro de um órgão governamental, existia uma disputa para fazer coisas que consideravam relevantes, para que alguns levassem o mérito pela ação? Enquanto tentava em silêncio achar uma resposta, Arialdo se levanta, dá uma risada e diz: “Agora tu vai resolver isso! E se algum Jaminawá morrer o governo é o responsável.” Senti que mais uma vez estava sendo motivo de sátira e, sem desconsiderar a pressão, tentei acalmar os ânimos e marcar uma próxima reunião só com os parentes da cabeceira do Rio Acre para tratar da questão. Já no final da reunião, Valdo Jaminawá pede a fala, e questiona como seria a associação: “Eu ainda não entendi, vai ser uma só associação para todos os Jaminawás?” Nossa! Com essa fala a reunião pegou fogo, todos falavam juntos e na língua, eu comecei a procurar com os olhos o Macedo, pois precisava de apoio.

Levantei e olhei pela janela da casinha de madeira, e lá fora Macedo jogava bola com uma criança Jaminawá. Voltei o olhar para os fundos da salinha, onde estava Zé Correia, e perguntei: “Como vai ficar a questão?”. Ele pediu para que me acalmasse, pois ele iria conversar com os Jaminawás. Arialdo falava sem parar, eu não entendia nada, mas sabia que ali estava em discussão uma situação muito delicada.

A preocupação em relação à ideia de uma única associação representando todos os grupos Jaminawá era de todos. As mulheres que participavam da reunião se retiraram e levaram consigo as crianças. Macedo percebe a movimentação e entra, mas senti que a presença dele piorava a tensão, e naquele momento não o entendi.

A reunião durou aproximadamente duas horas e não se resolveu nada. Voltei para Rio Branco preocupada com o conflito. Conversei com meu chefe, que me orientou a chamar uma

reunião do GT-Jaminawá com urgência. Fiz um ofício convocando o GT e, em negrito, destaquei o conflito. Mesmo assim liguei para os representantes do GT, para salientar a urgência do ocorrido.

A reunião com todos os representantes do GT, inclusive com o procurador da República, o *Marcus Vinícius* Aguiar Macedo, aconteceu no dia seguinte, na sede do Ministério Público Federal. Estava em pauta a tarefa de criar uma associação onde há um conflito dessa magnitude, outro ponto seria o modo como íamos executar a tarefa.

Pois não é uma simples atividade a ser executada, e sim uma situação de grande tensão que poderia ocasionar uma tragédia. Ali naquele momento todos conheciam o procedimento necessário para criar uma associação: teriam que garantir a participação da maioria dos Jaminawá em reuniões e assembleias. O administrador da Funai no estado do Acre, Antônio Pereira Neto, coloca que deveríamos incentivar a criação de duas associações, uma abrangendo as terras indígenas localizadas no alto Acre, e outra as Terras Indígenas da região de Sena Madureira.

A maioria concordou com a ideia, menos o secretário da Fundação de Cultura, na época Toinho Alves, que colocou que a criação de duas associações não seria viável, indicando que a cada conflito entres os Jaminawás seria necessário criar outra associação. E assim os Jaminawá teriam tantas associações que seria impossível a associação cumprir seu papel. Estas discussões, demonstram a dificuldade que a equipe do governo e ONGs encontram em lidar com a tarefa de unir as famílias Jaminawá em um mesmo espaço, nem que seja por pouco tempo.

Esta dificuldade existe entre os próprios Jaminawás. Há que se considerar que a iniciativa de criar uma associação não foi uma demanda vinda dos Jaminawá, e sim incentivada pelo governo. Não estava claro se o significado de uma associação para os índios era o mesmo que para o governo, ou seja, o objetivo dessa associação seria o mesmo para ambos?

Até aquele momento os Jaminawá moradores da Terra Indígena da Cabeceira do Rio Acre ainda não sabiam da existência do projeto de criação da associação. Dentro da demanda Jaminawá no governo, os moradores da terra indígena do rio Caete e da aldeia São Paulino, no Purus, eram os que mais participavam das atividades realizadas pelo governo. Pois a terra indígena cabeceira do rio Acre era distante, e no governo não havia uma equipe definida para

atuar com os Jaminawás. Faltava pessoal e estrutura para tanto.

Na semana seguinte retornei à cidade de Brasília. Em uma das casas uma mulher mexia uma panela em um fogão de barro, muitos cachorros todos cheios de sarna e quase sem pelos. Quando bati palmas vieram dos fundos de uma das casas dois homens. Apresentei-me, pois ainda não os conhecia, e quando disse meu nome começaram a rir, e a fazer gestos com os braços apontando para mim.

Até aquele momento eu já havia passado várias vezes pela mesma experiência, ou seja, que não me deixava mais sem graça. Eu ria junto com eles, e quando perceberam que eu estava rindo, pararam e começaram a questionar minha presença. Um dos homens disse que já tinha ouvido falar de mim, e que queriam mesmo falar comigo, pois o governo só pensava no grupo do Zé Correia, que os demais eram sempre relegados.

Estávamos já há um bom tempo de pé em frente uma casa, quando um dos homens nos convidou para entrar. Eles me olhavam o tempo todo, dos pés a cabeça. Abri minha bolsa e tirei um caderno e uma caneta, estavam todos sentados à minha volta, uns sentados em bancos, outros em redes e outros no chão.

A casa só tinha um vão e uma parte externa, onde havia um fogão de barro. Havia redes penduradas e muitas folhas de revistas coladas nas paredes, percebi que em um dos cantos da casa, onde estava uma rede, havia muitas folhas de revistas com imagens do ator Jack Chan e do grupo de rap Racionais MCS. Fiquei um tempo olhando, estava curiosa e me perguntava: O que isso está fazendo aqui?

Perceberam que eu estava olhando fixo para aquele canto, e disseram: “Isso aí é do filho do Julio.” Começamos a conversar, eu anotava os nomes de quem morava na casa, quantos anos tinha e a função familiar. Perguntei para um dos homens o nome da sua mulher e a idade, ele deu uma risada e mandou-me olhar para o rosto dela, para ver quantos anos ela tinha.

Olhei para a mulher e ela soltou um riso. Desconversei e continuei as anotações. Quando já me arrumava para ir embora, chegou o dono das imagens do Jack Chan. Ele tinha muitas tatuagens artesanais e andava com um gingado diferente dos demais, parecia um cantor de rap. Perguntei seu nome, e ele olhou para mim e perguntou meu nome e minha idade, lhe respondi, e quis saber se eu era funcionária da Funasa; lhe disse que não, e após

minha resposta, ele olhou para o chão e disse rápido e baixinho seu nome e idade. Agradei.

Após isso tinha que dar o informe da criação da associação e, em um primeiro momento foram receptivos, pareciam curiosos, e logo quiseram saber se os parentes lá do Caeté iriam participar da mesma associação. Disse que sim, e aproveitei o silêncio para explicar o papel de uma associação, citei exemplos de grupos que tinham associação como os Kaxinawás e os Ashaninka. O passo seguinte foi convidá-los para a reunião de organização da assembleia, ao que muitos se levantaram balançando negativamente a cabeça, permanecendo apenas um jovem e as mulheres presentes. Acabei de dar o informe e fui embora. Naquele grupo não consegui definir nada.

Mais uma vez fui para Sena Madureira para conversar com Zé Correia. Na conversa, ele se responsabilizou em telefonar para o professor da comunidade do Caeté e depois me avisar. Passados dois meses de reuniões entre os Jaminawá para dar conta da organização da Assembleia, finalmente entraram em consenso e elegeram a aldeia Betel, na terra indígena do Mamoadate, para ser o local onde iria acontecer a assembleia. Segundo eles aquele era um local neutro.

Fui chamada por minha chefe imediata para me lembrar da responsabilidade da tarefa. Foi convocada a equipe de segurança de viagem do Governador, para acompanhar a assembleia, entre eles dois policiais que não deveriam se identificar, o barqueiro Nelson, eu e o Txai Macedo. Mas antes foram realizadas reuniões para organizar a logística do trajeto, pois um número grande de índios se deslocaria: tínhamos que planejar como seria a alimentação, o transporte para a viagem dessas delegações, assim como a alimentação durante os três dias de assembleia na aldeia.

Viajei para Sena Madureira, onde os responsáveis pelos indígenas daquelas terras da região seria o Aderaldo, Arialdo e Zé Correia. Eles tinham três barcos e precisavam de combustível para ida e volta, e alimentação. Os demais iriam pelo Ramal do Icuriã pela reserva Chico Mendes. Estes vieram até Rio Branco, pegaram dinheiro para pagar a passagem de uma camionete toyota e alimentação. Pedi um favor para Aderaldo, o de levar as caixas de mantimentos para a assembleia em seu barco, e eu não sabia o que havia nelas, pois haviam sido encaixotadas pelo setor de almoxarifado do IMAC.

Tinha uma quantidade de dinheiro em espécie para dar aos índios comprarem munição, para que caçassem durante a viagem de barco, pois seriam seis dias rio acima e

cinco dias de volta. Foi realizada uma reunião para distribuição do dinheiro com os responsáveis pelas delegações; foram orientados de que este dinheiro era um recurso do FNMA e que deveríamos prestar contas, junto com o dinheiro foram fornecidos blocos de recibos, e Zê correia ficou responsável para ensinar os parentes a preencher os recibos.

Depois de cinco dias da partida dos barcos, nossa equipe seguiu, de voadeira, para a Aldeia Betel. Foram dois dias de viagem pelo o Rio Yaco, o rio estava cheio e isso facilitava a navegação, mas o desconforto de viajar por um longo período em uma voadeira é grande. Dentro, o espaço entre os tripulantes e a carga é pequeno, sem contar que não havia como proteger-se do sol.

No final da tarde do primeiro dia de viagem, dormimos na casa de um ribeirinho, jantamos paca cozida e farinha de mandioca. No dia seguinte seguimos às cinco da manhã. Muito frio, mas tínhamos que chegar a tempo. Entre uma parada e outra sentávamos para comer carne com farinha e limão. Enquanto descansávamos do almoço à sombra de uma castanheira, o assunto era o perigo que iríamos enfrentar na assembleia.

Na segunda noite paramos na casa de um casal de ribeirinhos que nos recebeu para jantar. O cardápio foi macaco no leite da castanha e pirão de farinha de mandioca. Deitados cada um em sua rede, começamos a conversar. O ribeirinho quando soube que nosso destino era a aldeia Betel começou a reclamar que estes índios incomodavam.

Macedo, tarde da noite, se anima e começa a contar-nos seus “causos”, invocando o Mapinguari, o Matinta Pereira e o Caboclinho da Mata, e só após nos deixar amarelos de medo calou-se e, enfim, pudemos todos dormir.

O local em que ficamos não tinha paredes, somente um cercadinho que rodeava a casa. Nas casas de ribeirinhos, somente os quartos são rodeados de tábuas. Quando se fez silêncio, o único barulho era o da floresta, e o barqueiro Nelson relata sua preocupação: “eu não vou dormir na aldeia, vou procurar a casa de um ribeirinho para dormir”, o que fez que todos rissem muito.

Ao amanhecer seguimos viagem, a brisa da madrugada ainda estava sobre o rio, o som dos pássaros ao redor, e no barranco do rio estávamos todos com cara de sono. Organizamos a voadeira e retornamos à casa para tomar café da manhã. Na casinha de paxiuba não havia mesa, e nos sentamos no chão. Enquanto esperávamos a macaxeira cozinhar, a conversa era

sobre a noite passada: Nelson contava ter tido um pesadelo, e que acordou na madrugada preocupado, diz que costuma seguir sua intuição, e no momento não era boa, que não gostava de arriscar a vida.

O cheiro do café toma o ambiente, e chega uma garrafa térmica vermelha, já esbranquiçada de tão velha. A macaxeira veio em uma bacia de plástico, e estava esfumaçando de tão quente. O dono da casa trouxe os copos de vidro, reaproveitados de extrato de tomate. Tomamos café e seguimos viagem, a previsão de chegada à aldeia Betel era ao meio dia.

Estava preocupada se todos haviam chegado para a assembleia, mas quando avistei os barcos ancorados em frente à aldeia senti um alívio. Arialdo e Zé Correia vieram nos receber. Até então tudo estava dentro do planejado.

As casas na aldeia Betel são construídas em fileira uma ao lado da outra. A casa em que ficamos ficava ao lado da casa do professor. Sabia da existência de missionários da Jocum (Jovem com uma missão) morando junto com os Jaminawás, mas não imaginava que este morar junto era tão diferente. Era um casal com um filho de nove anos, a casa era de madeira e não de paxiuba, a cobertura era de telhas de amianto, a arquitetura da casa era parecia com as construções americanas de casa, com telas verdes nas janelas e nas portas.

Aquela casa estava localizada em uma fileira de casas, pintada de amarelo já bem desgastado. Lembrei-me dos filmes da sessão da tarde, aqueles onde os colonizadores chegavam à África, e construía suas casas com instalações de bambu como canos, faziam banheiros internos e coisas do gênero. Ali estava presenciando a mesma coisa.

A liderança da aldeia, Sr. Valdo, muito prestativo veio conversar comigo e mostrou-se preocupado. Em tom de desabafo falou que os parentes do Caeté só queriam bagunça, e que contaram para ele que com o dinheiro destinado para a alimentação compraram um revólver. Sabia que a o caldo iria engrossar.

A assembleia estava marcada para iniciar no dia seguinte. Os parentes que moravam na aldeia Betel não tinham conflitos com grupo da T.I do Caeté. Relataram que as famílias mais conflituosas não vieram, estavam em Brasileia no Bairro Samauma, apesar de haver alguns parentes ali que poderiam complicar a assembleia.

Foi construído no centro da aldeia um chapéu de palha para a assembleia. Zé Correia,



Valdo, Arialdo, Aderaldo e Geraldo, liderança da aldeia Kayapuca, começam a organizar o local da assembleia. Colocam um banco com a ata da reunião, papéis e canetas. Construíram ao redor, no interior do chapéu de palha, bancos de madeira. Não houve nenhum chamado para a reunião, os moradores foram de aproximando e os convidados sentaram-se e todos conversavam. Muitas risadas, e a única liderança que estava apreensiva era o Valdo.

A reunião iniciou-se com Zé Correia falando na língua para os parentes. Todos prestavam muita atenção no que ele dizia. Com o passar do tempo, coisa de dez minutos a inquietação dos participantes era visível. Os mais velhos não queriam participar, pois uma das pautas ali colocadas tratava da retirada dos missionários da aldeia. A missão já estava há muitos anos ali. Os missionários aprenderam a língua e, em troca da conversão dos Jaminawá ao cristianismo, eles recebiam atendimento de saúde.

A missionária tinha curso técnico em enfermagem, e isso tem um peso dentro da aldeia. Arialdo, inquieto, perguntou se não iriam falar da associação, pois quanto aos missionários, ele se encarregaria de retirá-los daqui, que era só uma questão de tempo. Quando começaram a discutir a associação, Zé Correia explicou o que era, e como funcionava, e salientou que seria algo bom para os Jaminawás. Conforme iam entrando na discussão, percebia que os pontos mais críticos eram discutidos na língua, e que o grupo do Caeté dominava politicamente.

Aderaldo fez uma fala justificando aos seus parentes o porquê iria falar somente em português: “gostaria de falar que o governo não respeita o povo Jaminawá, e quero que a equipe do governo que está presente aqui ouça tudo o que eu tenho a dizer.” Ressaltou que a ineficiência do governo não era somente com o Povo Jaminawá, sabia o que acontecia com os parentes, mas que sentia que o tratamento que o governo dispensava aos Jaminawá era de desrespeito. Uma prova disso foi o jabá que haviam mandado para os Jaminawá comer: “isso prova que esse Governo não conhece nada de Jaminawá.” Vieram muitos burburinhos da plateia em contestação: “temos que mostrar para os carius que nós Jaminawá não somos mais escravos dos patrões.” Aderaldo aumenta o tom da voz e seu semblante aparenta estar irritado: “parentes, vocês se lembram que a gente não podia comer jacaré, peixe, porque o patrão não deixava? Os Jaminawá não tinham mais tempo de pescar, tinham que trabalhar, então os Jaminawá tinham que comer jabá, e que passávamos muito mal, dava diarreia, vômito. E depois de todos esses anos o governo vem aqui dizendo que está ajudando os Jaminawá e já começa errado. O dinheiro desse projeto é nosso, e os Jaminawá não querem comer jabá, eu

sinto que o governo está rindo da nossa cara”. Todos balançaram a cabeça concordando com a fala de Aderaldo.

Arialdo, irmão de Aderaldo e filho de Zé Correia, pede a fala e solicita que a equipe do governo se explique. Mas Zé Correia intervém e diz que o mais importante ali é os Jaminawá discutirem a associação. Que todos os governos são iguais e que os Jaminawá precisam se fortalecer para saber lidar com os governos. A assembleia durou três dias, dos quais participamos muito pouco. Fomos orientados a participar somente se fôssemos chamados.

### **Considerações finais**

No trabalho apresentado, podemos perceber que a presença de índios na cidade não é novidade. No entanto esta “presença indígena” é considerada como um incômodo tanto pelo estado como pela sociedade. No que se refere aos Jaminawá no estado do Acre a questão caminha neste sentido. Para tanto levantamos a seguinte questão: há um “problema” Jaminawá? Ao que parece, sim, pois o grupo vive em situação de miserabilidade.

É rotineiro ver mulheres grávidas e crianças revirando lixo em busca de alimento. Suas moradias na periferia são barracos aonde não há saneamento básico. O alcoolismo é um dos fatos que compõem a “problemática”, considerado o desencadeador dos conflitos internos, que as bebedeiras resultam em mais uma vinda para cidade e em algumas ocasiões em morte. Em decorrência do consumo do álcool há inúmeros casos de cirrose e câncer de fígado. O tratamento destas e de outras doenças também é um motivo para a vinda dos Jaminawás para a cidade.

Ao analisarmos essas questões, percebemos que ao considerar a existência de um “problema Jaminawá” fatos relevantes merecem uma reflexão. A lógica da cidade faz com que a mobilidade do grupo seja vista pelo estado como um problema. Pois a cidade está presente no trajeto deles e, o lugar aonde eles irão se embriagar, revirar lixos e pedir dinheiro nas ruas. Para os Jaminawá é somente mais uma viagem, ou seja, eles retornam para suas terras indígenas, certos do dia, em que virão para cidade novamente, seja para receber os benefícios do governo que tem data marcada ou qualquer outro motivo.

Antes de existir cidades, local onde podem adquirir produtos os Jaminawá viajavam por outros motivos. Mas o surgimento destas cidades passou a ser mais um local atrativo para

o roteiro, seja de passagem ou de moradia. Neste sentido entender que não foram os Jaminawá que vieram aos mercados comprar coca-cola e sim os efeitos do contato, que os levaram ao mundo do branco de forma violenta, talvez seja uma maneira compreender o fenômeno.

O sistema de aviamento foi o responsável pela dominação e exploração que os povos indígenas do Acre foram acometidos. Podemos observar como atuava a frente de caucho quando chegava á uma determinada região, na descrição de Euclides da Cunha.

*Os caucheiros ali estacionam até que caia o último pé de caucho. Chegam, destroem, vão-se embora. Nada pedem, em geral, a terra, a parte de exíguas plantações de yucas e bananas, a que se dedicam os índios domesticados. (Cunha, p. 164)*

Esta expansão colonialista os violentou para depois, utilizá-los como mão de obra na exploração da borracha e também tomar suas terras. Na relação produtiva entre o patrão seringalista e os indígenas, o patrão é o único fornecedor dos produtos manufaturados. As relações comerciais estabelecidas nos seringais foi baseada no sistema de aviamento. Os índios dentro deste sistema foram capturados, e quando subjugados, forçados ao trabalho e obrigados a se fixarem em terras invadidas pelos seringalistas, estavam sempre endividados, pois o preço de produtos como comida, ferramentas, roupas, etc. era superinflacionado, e assim foram escravizados, pois jamais poderiam pagar estas dividas. Este fato é descrito por Euclides da Cunha.

*É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. (Cunha, p. 129)*

Aprenderam o português, e tiveram que passar a viver em um modo de vida não indígena, sendo pagos, na maioria das vezes, apenas em bebida alcoólica. Esta foi uma das formas pela qual introduziram a cachaça no mundo indígena. Com o passar do tempo, no mundo Jaminawá, o aviamento do patrão passou a ser representado, pelo governo, em forma de benefícios, fonte de onde conseguem o dinheiro para consumir os produtos oferecidos pelo mercado.

Os produtos manufaturados, até os dias de hoje, têm tido o papel fundamental de seduzir e atraí-los para os centros urbanos. Atualmente já percebem que, durante o período em que permanecem nas cidades, suas terras são invadidas por madeireiros. As lideranças mais jovens já se posicionam contra o discurso governamental, segundo o qual o curto espaço que permanecem em suas terras indígenas, demonstra que não as valorizam. E com isso o poder público legitima o abandono na demarcação e expansão territorial alegando, em seu discurso, que os Jaminawás já tem terra o suficiente, e que sequer as ocupam.

Mas para o governo da floresta os Jaminawá vão à contra mão do discurso de que Acre é um estado governado por um modelo que respeita a união dos povos da floresta, que Rio Branco é uma extensão do seringal, de que nas cidades e na floresta, todas as diferenças vivem em harmonia sob a luz do desenvolvimento sustentável.

Já para a sociedade acreana estes índios não devem ocupar a cidade, ou seja, nos espaços urbanos não é “lugar de índio”. Ao observar este cenário temos a clareza de que tanto para a sociedade como para o estado o povo é considerado um “problema”. E todo o problema deve ser solucionado, pois ele causa incômodo. E é comum ouvirmos que não devemos deixar para resolver nossos problemas amanhã. A ideia de “jogar para frente”, adiar a solução de um problema geralmente não é visto com “bons olhos”. Deste modo o governo busca a imediata solução do “problema Jaminawá”, com isto os órgãos que teoricamente seriam os responsáveis pela proteção dos Jaminawá, não agem de outra forma a não ser através da tentativa fracassada de fixá-los em aldeias.

Por fim, a mobilidade está presente na vida do grupo, considerá-la o motivo de toda a “problemática” Jaminawá e não levar em conta o modo de vida do grupo, ou seja, práticas que tinham antes mesmo do contato, é causar uma invisibilidade cultural da própria vivência indígena. Ao que parece, esta lógica de “solucionar” o “problema” atua como um gerador de problemas, ou seja, quando o estado tenta fixá-los em suas aldeias ao contrário de encontrar uma alternativa que aponte para um possível trânsito cultural dos próprios indígenas na cidade, coloca o foco da “problemática” nos próprios índios e não no modelo excludente de construção das políticas das cidades. Pois os Jaminawá quando regressam às cidades, estão colocando em pauta o desejo de ir e vir. Há problemas nas idas e vindas sim, porque a lógica da cidade de Rio Branco é ordenada pela ideia de um lugar não indígena.

## **Bibliografia**

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Ed.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. Unesp, 2002.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/REGIONAL AMAZÔNIA OCIDENTAL - CIMI. Revista Indígenas em Espaços Urbanos no Acre. (Lindomar Dias Padilha & Rosenilda Padilha). Rio Branco, 2013 - 09 pg.

DA CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Editora Vozes, 1976.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR; CIMI. Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco : CIMI /FEM, 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? territórios? territorialidades. **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 37-41, 2004.

NAVEIRA, Miguel Carid. **Yama Yama: os sons da memória**. 2007. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_, Miguel Carid.ia et al. **FACES DA INDIANIDADE**. Imagens dos Yaminahua, p. 235.

PADILHA, Lindomar Dias. Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras. **DO \$ \$ iêACRE**, p. 27.

SAEZ, Oscar Calavia. **O nome e o tempo dos Yaminawa: etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre**. Unesp, 2006.

SÁEZ, Calavia. Mapas Carnales, El territorio y la sociedad Yaminawa. **Tierra Adentro, Territorio Indígena y Percepción del entorno**, p. 121-135, 2004.

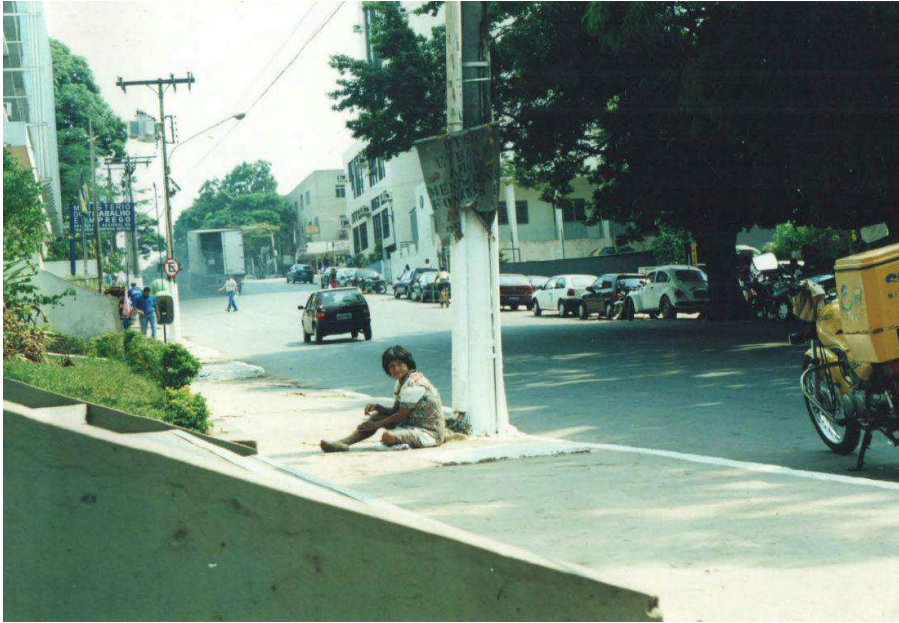
SOUZA, Jorge Bruno Sales. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Relatório do levantamento antropológico acerca da situação de mendicância de indígenas da etnia Jamináwa. Rio Branco, 1999.

YOUTUBE. Jorge Viana e os Índios Jaminawá. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=fuMG9pkKx1M>. Acessado em: 24/11/2013.

## ANEXOS

### Rio Branco







### Casas dos Jaminawás em Rio Branco

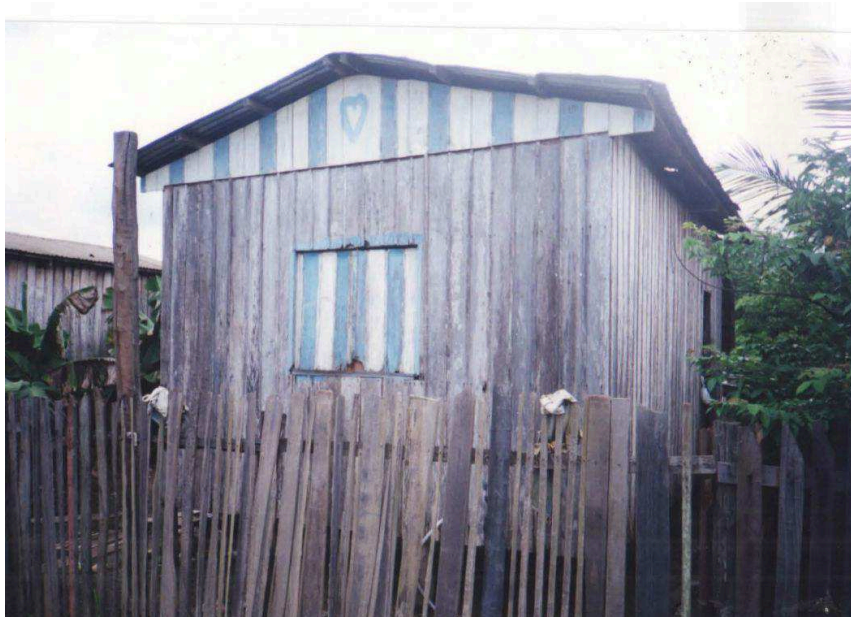




Ocupação Jaminawá em Brasília



Ocupação Jaminawá em Assis Brasil



Viagens de Retorno á Aldeia Caeté



